



Your complimentary  
use period has ended.  
Thank you for using  
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to  
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Partido, Poder, Estado

**Uma Interpretação das Origens da Guerra Civil**

*Rafael Shikbani*

índice

Introdução

Capítulo Primeiro:

**1. A Guerra e suas Interpretações.**

1.1. A Corrente da Desestabilização.

1.2. A Corrente das Causas Internas.

Capítulo Segundo:

**2. Moçambique Independente: As Causas Prováveis da Guerra.**

- 2.1. Situação Política.
- 2.2. Política Externa.
  - 2.2.1. As Sanções à Rodésia do Sul
  - 2.2.2. A “Mão Rodesiana”
  - 2.2.3. Portugal
  - 2.2.4. África do Sul
- 2.3. Situação Social.
  - 2.3.1. O Estado e a Igreja.
- 2.4. Situação Económica.

Capítulo Terceiro:

**3. As Clivagens.**

- 3.1. Militar.
- 3.2. Social.
- 3.3. Política.
- 3.4. Económica.

**4. Conclusões**

*bibliografia*

*apêndices*

## Introdução:

Após a sua independência até a assinatura do Acordo Geral de Paz em Roma a 4 de Outubro de 1992, Moçambique entrou num período conturbado da sua história. A caracterização deste período é diversa. Por um lado, este período tem sido caracterizado como a fase da Guerra Civil declarada e aberta, por outro como a fase da Guerra de Desestabilização. Guerra Civil ou de Desestabilização, surgiu-me no início do trabalho como uma contradição que obriga à definição dos dois conceitos. Com o decorrer do trabalho esta ideia foi remetida para um segundo plano, a nota nos apêndices, pois à medida que a pesquisa avançava, as questões em discussão deixaram de ser simples elementos por esclarecer e/ou definir, uma vez que estava também em análise a própria sociedade moçambicana.

Apesar das diferentes interpretações existiu em Moçambique um conflito que dilacerou o país cujas marcas ainda permanecem vivas. É sobre as origens, natureza e outros aspectos subjacentes deste conflito que pretendo discutir no presente trabalho, na esperança de trazer um contributo para o entendimento desta questão e da história recente de Moçambique.

A questão a abordar, pelo menos na vertente do conflito aberto, é de conhecimento geral. Todavia, permanecem ainda obscuras as situações que a teriam originado. Apesar das diversas correntes apontarem sempre para a mesma origem, algo ainda está por esclarecer.

Uma das correntes aponta para a confrontação global inerente à Guerra Fria do pós II Grande Guerra, desaguando assim na contra-revolução. Aliás, a maior parte das explicações do fenómeno parte dessa corrente. A outra, mais recente, aponta para situações resultantes da aplicação do sistema governativo por parte da FRELIMO, isto é, a origens internas.

Não pretendo de maneira nenhuma apresentar teorias novas, nem contrariar as abordagens até aqui feitas, mas abordar o tema sob outra perspectiva. A abordagem do tema será feita em dois sentidos: vertical e horizontal. Vertical na medida que farei uma descrição das implicações do conflito desde a

base (conjunto de maior parte da população) à superestrutura (conjunto das pessoas que detêm o poder, que personificam o Partido e Estado, incluindo estas duas instituições). Horizontal porque o conflito afectou todo o tecido social, económico e cultural do país. Assim, proponho-me analisar todo um conjunto de implicações e de elementos que podem ajudar a aclarar as origens e a natureza do conflito.

Para atingir o meu objectivo levanto a seguinte hipótese: O partido FRELIMO pela forma como agiu no pós-independência, não teria criado (numa perspectiva dialéctica), por si uma *antítese* que tomaria diversas formas até se materializar na RENAMO opondo-se a ela da forma que se conhece?

A análise será feita por áreas, a saber Política, Económica e Social, às consequências destas, no que chamo de clivagens. O objectivo é apontar as causas prováveis do conflito a partir das políticas implementadas pelo Estado moçambicano no pós independência. Analisando contextualmente tais medidas (interno e externo).

Com relação à metodologia, esta assentou principalmente na pesquisa entre os elementos económicos, políticos, sociais e militares sobre Moçambique depois da independência. A maior parte destes acontecimentos não se encontra registado na literatura especializada, seja em monografias ou outra forma de livros.

Dada a natureza do tema, grande parte do acervo bibliográfico existente é constituído por obras produzidas por académicos ou jornalistas estrangeiros, resultado de visitas mais ou menos curtas ao país. Bem como de análises parciais ou localizadas dos fenómenos ou problemáticas que os autores visaram discutir ou retratar<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Vide Notas Sobre a Perspectiva (Documento interno de discussão e orientação): Projecto Codesria. Maputo. João Paulo Borges Coelho (Coord.)



*Your complimentary  
use period has ended.  
Thank you for using  
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to  
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Sendo assim a grande dificuldade em encontrar informação relacionada com o tema, para além da análise de um conjunto muito reduzido de obras que analisa de forma mais ou menos parcial a questão. Quanto mais não seja pelo conjunto de factos que apresenta, destacando Minter (1994), Geffray (1991), Hanlon (1984, 1991) e Vines (1991).

Para o estudo da questão convém referir a importância da análise dos documentos da Frelimo, artigos do Jornal Notícias, Notícias da Beira, revista Tempo do período antes e depois da independência. Enorme contributo têm dado as entrevistas de pessoas que viveram o período e as complexas situações da história recente de Moçambique.

## Capítulo Primeiro:

### 1. A Guerra e suas Interpretações.

Para um entendimento da questão, convém que se analisem as diferentes tendências que explicam o conflito. Neste contexto temos duas grandes correntes que dominam este debate, a saber:

#### 1.1. Corrente da “Desestabilização”:

Esta privilegia os factores externos e é apologista da explicação com base na *Desestabilização*. Ela é desenvolvida sobretudo a partir do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, que era uma espécie de centro pensante do regime, e sobretudo, pelo seu Departamento da África Austral, que era uma espécie de centro intelectual anti-Apartheid na época. São partidários desta corrente, na sua fase pioneira, académicos como Aquino de Bragança<sup>2</sup>, Ruth First, Robert Davies, Mark Wuyts, Bridget O’Laughlin, Siphon Dlamini, Dan O’Meara, Albie Sachs e John Saul entre outros. Alguns faziam parte daquele departamento.

Intelectuais como William Minter<sup>3</sup>, Joseph Hanlon<sup>4</sup>, Nilsson e Abrahamsson<sup>5</sup> e Alex Vines<sup>6</sup>, Phyllis Johnson e David Martin<sup>7</sup>, outros surgem na sua segunda fase. Todavia todos consideram basicamente que a guerra em Moçambique teve origens externas num contexto regional, que por sua vez se encaixava noutro mais amplo: o da bipolarização, em que os actores principais seriam o regime minoritário da África do Sul e os regimes de maioria em Moçambique e Angola, por sua vez subordinadas à clivagem maior da Guerra Fria. Aliás esta é a sustentação do discurso corrente e oficial sobre o conflito.

<sup>2</sup> BRAGANÇA, A. (Dir.).1979. *A Questão Rodesiana*. Maputo. Estudos Moçambicanos. UEM. INLD.

<sup>3</sup> MINTER, W. 1994. *Apartheid’s Contras: An Inquiry into the Roots of War in Angola and Mozambique*. Johannesburg. Witwatersrand University Press. Zed Books. London & New Jersey. MINTER. *Os Contras do Apartheid: As Origens da Guerra em Angola e Moçambique*. Maputo. AHM. Estudos 13

<sup>4</sup> HANLON, J.1991. *MOZAMBIQUE. Who Calls The Shots?* London. James Currey. Indiana University Press. Bloomington & Indianapolis.

<sup>5</sup> ABRAHAMSSON & NILSSON. 1994. *Moçambique em Transição. Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo. Padriagu.Goteborg. CEEI-ISRI.

<sup>6</sup> VINES, A.1991. *RENAMO. Terrorism in Mozambique*. London. University of York, James Currey & Indiana University Press. York, London & Indianapolis.

VINES, A. 1992\* “Food & Famine ó Tools of War in Mozambique” in Conflict & International Relief in Contemporary African Famine: Report of a meeting convened by Save the Children Fund (UK) & Health Policy Unit. London School of Hygiene & Tropical Medicine, 26 March.

<sup>7</sup> JOHNSON & MARTIN, 1989. *APARTHEID TERRORISM: The Destabilization Report*. London. The Commonwealth Secretariat, James Currey, Indiana University Press.

Os argumentos que sustentam esta corrente assentam na análise da estratégia sul-africana de criação de estados – satélite: o CONSAS<sup>8</sup>, que não lhe sendo favoráveis, pelo menos não lhe seriam hostis<sup>9</sup>. O que não veio a acontecer, pois a esta estratégia os países da região contrapuseram com a formação da SADC<sup>10</sup>, no mesmo ano. Daí que a situação tenha evoluído aos estágios que conhecemos e tenha assumido os contornos igualmente conhecidos. Pois quando as tentativas subtis sul-africanas goraram, o Apartheid enveredou por outra tática: a da desestabilização.

Para Adam (Adam et al, 1981:65-6), o CONSAS deve ser analisado no contexto histórico da política regional sul-africana adoptada depois da Segunda Grande Guerra, e também como parte integral da Estratégia Global de Botha. A estratégia de Botha era não só a resposta à intensificação da luta de massas na África do Sul, como também ao desenvolvimento da luta pela libertação do continente. O objectivo principal da política era garantir a sobrevivência do Apartheid por meio da intensificação da repressão interna da maioria negra de uma política externa agressiva, bem como de uma campanha psicológica que visasse aliciar certos elementos nacionais e dividir as massas e os seus aliados na região.

Por outras palavras, a África do Sul, para atingir os seus objectivos exerceu, no contexto da sua estratégia regional, uma pressão económica numa primeira fase e militar noutra, para manter o seu sistema e afastar a influência dos movimentos de libertação, e mais tarde regimes de maioria negra

<sup>8</sup> ADAM Y. DAVIES. R. e. E SIPHO. D. *A Luta Pelo Futuro da África Austral: As Estratégias de CONSAS e SADCC*. Maputo. Estudos Moçambicanos. 3 1981. pp: 65-80. Com a ascensão ao poder, em 1978, P.W. Botha recupera a proposta de J. Vorster de uma esfera de co-prosperidade na região, chamada ãConstelação de Estados do Sul da Áfricaõ. A õconstelaõõ estaria dependente da África do Sul económica, militar e tecnologicamente. Entretanto a expectativa sul-africana com relação a aceitação da ideia, cairia por terra com a vitória da ZANU-PF e a independência do Zimbabwe, e o anúncio a 4 de Março de formação da Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento Económico da África Austral ó SADCC a 1 de abril desse ano.

<sup>9</sup> A *Total Strategy* de Botha. Por este plano Botha contava sobreviver num ambiente õhostilõ através do recurso a medidas de natureza política/militar/económicas, exercendo uma pressão tanto a nível interno como externo. Criando assim condições para a manutenção do regime segregacionista. Ohlsson, Thomas õSouth Africaõ regional Strategy and the Mozambican Struggle to Maintain National Independence and Sovereigntyõ, policopiado, CEA, Maputo, 1988, faz uma análise da natureza da Total Strategy neste contexto.

<sup>10</sup> SADCC- *Southern African Development Coordination Conference*, na sigla inglesa. Conferência para a Coordenação do desenvolvimento da África Austral. Medida implementada pelos cinco estados da Linha da Frente, Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia para contrapor a ideia sul-africana do CONSAS. Para que as duas organizações pudessem ter êxito, era necessária a participação do Zimbabwe independente. O Zimbabwe, era o país, depois da África do Sul o mais desenvolvido da região, localizado no meio da região e por isso, país de trânsito importante para todos os transportes intercontinentais. Os sul-africanos esperaram até ao fim que o Zimbabwe independente viesse a ser dirigido pelo bispo Muzorewa, que tinha declarado apoiar o CONSAS, enquanto que os países da Linha da Frente, estavam dependentes do apoio da Frente Patriótica, aliança política entre a ZANU e a ZAPU. Com a vitória da ZANU nas eleições de 1980, a SADC pôde ser estabelecida formalmente em Abril de 1980, deixando as condições para a existência do CONSAS completamente destruídas, pelo menos momentaneamente.

para o mais longe possível<sup>11</sup>. Em Angola, desde o princípio que a pressão foi militar, talvez por os sul-africanos acharem achar perigosa a presença de tropas cubanas na região, constituindo o prelúdio de uma invasão do bloco socialista<sup>12</sup> à África do Sul. Este conjunto de elementos enquadra-se no contexto da Guerra Fria.

De facto, os militares sul-africanos exigiram a queda da política de desanuviamento de Vorster nas vésperas da independência de Angola. O receio de o MPLA vir a conquistar o poder e de, juntamente com a URSS, apoiar e possibilitar que a SWAPO operasse a partir do território angolano condicionou a tomada da decisão. O governo sul-africano respondeu favoravelmente ao pedido de auxílio militar da UNITA e invadiu Angola meses antes da independência. Esta invasão não foi apenas motivada pelo interesse de eliminar a possibilidade de intensificação da guerra na Namíbia, mas também pela necessidade estratégica que a África do Sul tinha do petróleo angolano, devido ao embargo internacional a que estava sujeito. O acesso ao petróleo estaria garantido caso a UNITA conquistasse o poder<sup>13</sup>.

Com relação a Moçambique, o interesse sul-africano estava associado ao acesso às suas infra-estruturas de transporte e à estratégica barragem de Cahora Bassa. Infelizmente não havia em Moçambique uma organização em quem depositar o seu apoio, e que constituísse fiel depositária dos seus interesses. Vorster recusou uma proposta dos militares sul-africanos de entrar em Moçambique e apoiar os interesses coloniais portugueses representados pelos grupos que provocaram distúrbios a 7 de Setembro de 1974, por haver riscos demasiados. Consequentemente, em 1974 é assinado um acordo secreto de não-agressão entre o governo sul-africano e a direcção da FRELIMO. Nos termos do acordo a África do Sul não atacaria Moçambique em questões relacionadas com as suas relações com a Rodésia, se este não permitisse que o ANC operasse a partir das suas fronteiras (Abrahamsson & Nilsson, 1994:77). Segundo o mesmo acordo acentuava-

<sup>11</sup> ABRAHAMSSON & NILSSON. ob. cit. p: 89.

<sup>12</sup> Referência a Cuba e URSS especificamente. O plano teria sido concebido pela URSS, vide JOHNSON & MARTIN, 1989. *APARTHEID TERRORISM: The Destabilization Report*. London. The Commonwealth Secretariat/James Currey/Indiana University Press. p: 1. MINTER. W. 1994. *Apartheid's Contras: an Inquiry into the Roots of War in Angola and Mozambique*. Johannesburg. ZED Books. London & New Jersey. p: 37.

<sup>13</sup> ABRAHAMSSON & NILSSON. Ob. Cit. p: 76. Vide também STOCKWELL. J. *A CIA Contra Angola*. Lisboa. Ulmeiro, MINTER, W. 1994. pp.37-55.



se a importância da cooperação econômica entre os dois países dadas as realidades geopolíticas do país e a dependência econômica mútua. O acordo não durou muito tempo.

Como resposta a essa ofensiva a África do Sul adota as ideias do general francês André Baufre, que desenvolveu a teoria da “Estratégia Total” com base nas suas experiência em guerras na Europa, Argélia e Indochina. O conceito sul-africano de “Estratégia Total”, detalhado no “*Defence White Paper*” de 1977 resumia tudo: Toda a política governamental deve estar subordinada a uma “Estratégia Total Nacional” que defenda o princípio “não negociável da autodeterminação da Nação Branca” (Minter, 1996:38, Martin&Johnson,1989:1). A estratégia inclui táticas econômicas, militares, políticas e diplomáticas, mas sobretudo o uso de meios militares para atingir objetivos econômicos.

A “Estratégia Total” sul-africana era uma política que assentava na associação de elementos reformistas e de repressão, tanto na política interna como na externa da África do Sul. A sua implementação variava, dependendo das circunstâncias e também do debate político. Não havia “santos”, os oficiais acreditavam que qualquer meio contra os inimigos de Pretória era justificável. Todavia houve frequentemente diferenças na balança entre a violência e outras medidas, não só entre os militares e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, como também entre os militares em si e oficiais civis (Minter, 1996:38). Quer dizer que houve alternância de métodos, os diplomáticos sucediam aos militares e vice versa. A alternância decorria das diferentes análises da questão entre elementos dos negócios estrangeiros e os militares, e entre os militares e oficiais civis.

Segundo Johnson & Martin (1989:3) a estratégia sul-africana assentava em três pontos principais:

1. na construção de uma aliança regional, que não significasse a aceitação por parte dos seus membros do regime de segregação do Apartheid, mas tendo em conta apenas objetivos econômicos;
2. na conclusão de acordos sobre segurança;
3. na imposição da aceitação regional dos bantustões.

Para atingir estes objectivos, e pressionar aqueles vizinhos que não se mostravam interessados em cooperar, Pretória pôs em acção um vasto plano que incluía formas de pressão com recurso a medidas violentas, que resultou em custos enormes para a região<sup>14</sup>. Efectivamente, a Estratégia Total, em teoria, era suposta ser 80% política e 20% militar. Na prática esta proporção foi invertida (Minter, 1994:120).

A implementação da “Estratégia Total” de Botha obedeceria às seguintes fases:

- 1974 – 1978, 1978 – 1980: são períodos da sua introdução, porém desde 1980, ela cresce em dimensão (passa claramente a ser a política de acção sul-africana na região) e capacidades, isto é há uma clara mistura de elementos tácticos militares e económicos visíveis em toda a região<sup>15</sup>. A vitória republicana nas eleições norte-americanas pesa a favor dos sul-africanos, o que é particularmente notório na cronologia dos acontecimentos, nas fases alternativas de “*thump & talk*”<sup>16</sup>, que ilustram o alinhamento com a política americana<sup>17</sup>. Neste momento a vitória do republicano Ronald Reagan dá grande impulso à estratégia sul-africana, pois Washington a via como resposta natural do regime sul-africano para conter a expansão comunista na região Austral de África. Neste sentido, a *Total Strategy* sul-africana complementa a *Constructive Engagement* de Reagan, passando assim a fazer parte do conflito Este-Leste<sup>18</sup>.
- 1980 (meados de) – 1982: a África do Sul lança uma série de ofensivas concertadas contra a região envolvendo incursões directas de sabotagem, assassinatos, raptos, bombardeamentos e acções de espionagem, particularmente contra o recém independente Zimbabwe. Em

---

<sup>14</sup> JOHNSON & MARTIN. 1989. *APARTHEID TERRORISM: The Destabilization Report*. London. The Commonwealth Secretariat/James Currey/Indiana University Press. pp: 3/4.

<sup>15</sup> A compreensão destas fases é clara e precisa quando lida num contexto geográfico específico, pois dá uma visão de conjunto das acções sul-africanas em cada estado da região. Aqui a ideia é dar uma visão mais geral e alargada da acção sul-africana no geral, com relação à região no seu todo. Vd. JOHNSON & MARTIN, 1989. pp:6/9.

<sup>16</sup> Teoria do óPau e da Cenouraö: Bater e falar, atacar e conversar.

<sup>17</sup> JOHNSON & MARTIN, 1989. p: 6.

<sup>18</sup> ABRAHAMSSON & NILSSON. Ob. Cit. pp: 86-87. MINTER.1994. pp:147-151.

Moçambique a documentação capturada ao MNR revela a continuidade do apoio sul-africano ao movimento<sup>19</sup>.

Minter apresenta outra cronologia da *Total Strategy*, mas basicamente, a essência é a mesma<sup>20</sup>. Os apoiantes do regime sul-africano viam-no como vítima de um estrangulamento de Moscovo e seus apoiantes marxistas; nesse contexto viam a UNITA e a RENAMO<sup>21</sup> como defensores da “Liberdade Africana” contra uma “dominação marxista”. Contudo na década 80, poucos eram os que apoiavam a superioridade rracica como doutrina, relegando assim os conflitos regionais para um contexto ideológico global. Na sua visão os antigos apoiantes dos colonos, do Apartheid, suas vítimas e críticos deveriam se unir, pretos e brancos, contra as ideias estrangeiras marxistas que ameaçavam a Propriedade Privada, a Religião e a Tradição. E neste sentido os conflitos regionais eram colocados num contexto ideológico mundial (Minter, 1994:56-60).

Minter<sup>22</sup>, diz que em Moçambique e Angola os apoiantes do governo rejeitam o termo “Guerra Civil”, apesar de reconhecerem que em ambos os lados estiveram cidadãos do mesmo país, mas querendo com isso dizer que a sua origem era externa<sup>23</sup>. Já Hanlon(1991:18-30) por sua vez associa a gênese da guerra à adopção da *Constructive Engagement* (Engajamento Construtivo) de Reagan, que ironicamente, tal como Martin & Johnson (1989:1-12) apelida de *Destructive Engagement*. A adopção desta política teve efeitos nefastos na região Austral de África, e contrabalançou a favor do regime

<sup>19</sup> JOHNSON & MARTIN, Ob. Cit. pp.: 6/7. MINTER. W. 1994. pp.39-49.

<sup>20</sup> No capítulo 2 da sua obra *Apartheid's Contras*. 1994: *Total War and his Aftermath*. pp: 37-52.

<sup>21</sup> O nome RENAMO deriva muito provavelmente do MNR, movimento que reclamava ser activo dentro de Moçambique por volta de 1977. o termo MNR também era usado para designar o movimento, que passou a ser conhecido pelo seu acrónimo português: RENAMO, numa tentativa de o tornar ãnacionalõ.

<sup>22</sup> Ob. cit. p: 62.

<sup>23</sup> Sucede que esta tomada de posição não trazia novos elementos à solução do conflito, mas era uma forma de buscar autenticidade ao discurso proferido. Por isso digo que não trazia nova perspectiva, pois os factos que atribuem origem externa aos movimentos rebeldes estavam mais que provados, e eram do conhecimento geral. A questão é: será que este dado dava passos concretos em direcção à solução dos conflitos? Não foram as lutas de libertação nacional (acho que para Angola o conceito deve ser revisto) nesses países sustentadas e apoiadas a partir de fora, através de países como a China Popular, Bulgária, Alemanha do Leste e URSS, Argélia, um rol de países de foraõ? de maneira nenhuma considero o argumento falacioso, mas uma questão de lógica. Geffray (1991:14), Minter (1994:68) também a põe, quando diz que õAs revoluções têm sempre uma componente internacional, externa, que é também transportada para a plataforma de uma possível contra-revolução. Países vizinhos com regimes semelhantes, antigos aliados do velho regime, ou potências com pretensões de hegemonia regional ou internacional, todos eles poderão ter estado envolvidos na oposição aos revolucionários antes da queda. Eles podem mesmo ter interesses específicos no interior do país que temem perder. Podem reacear o efeito dominõ, ou procurar vingar-se do abalo provocado no seu prestígio internacional. (...) as revoluções que acontecem em países pequenos e altamente dependentes devem, *logicamente*, esperar uma componente externa maior na contra-revolução que provocam. Mas a existência de descontentes ansiosos por fazer cair o regime não é condição suficiente para perturbar o monopólio da violência detido por ele. Os opositores também têm de mobilizar recursos suficientes para vencer a capacidade de repressão instalada. Qualquer desafio de envergadura que não seja simplesmente uma guerra internacional tem que mobilizar apoios, voluntários ou não, no seio de algum segmento da população nacionalõ. Foi assim com a FRELIMO, e repetiu-se com a Renamo.

sul-africano a correlação de forças, na medida que permitiu que este se fortalecesse e assumisse o papel de *banca* (termo com que se designa o jogador que dá as cartas num jogo de cartas) na região.

A *Constructive Engagement* ou *Engajamento Construtivo* é uma política americana adoptada pela Administração Reagan, na abordagem da sua política africana, que se contrapunha às políticas moderadas da administração Carter. Pelo Engajamento Construtivo, os americanos sabiam, e tinham plena consciência que o Apartheid precisava de ser reformado. Contudo o processo deveria ser conduzido de forma a evitar uma radicalização exagerada do movimento de libertação negro o que ameaçaria o desenvolvimento económico do país e o abastecimento de matérias primas aos EUA. A nova política seria a forma ideal de o fazer, as reformas seriam feitas a partir de dentro, por iniciativa da minoria e conduzidas por ela.

A política insere-se num contexto mais global da Guerra Fria. Reagan<sup>24</sup>, neste contexto, na África Austral, onde despontavam dois regimes marxistas, não-alinhados<sup>25</sup>, não hesitou em apoiar quem não o fosse. Em Angola esta acção provocou uma influência cada vez maior do Bloco Socialista. Em Moçambique o efeito foi contrário, face a um conjunto de pressões decorrentes da aplicação da Estratégia Total associada ao Engajamento Construtivo, a União Soviética optou por se afastar de Moçambique, apesar do tratado mútuo de segurança assinado em Moscovo em 1977. Moscovo vetou a entrada de Moçambique no COMECON e funcionários soviéticos em Maputo disseram repetidas vezes que Maputo não tinha outra opção senão virar-se para Washington (Minter, 1994:165). Pode dizer-se que a política de Reagan não teve os mesmos efeitos em Moçambique como teve para Angola. Politicamente resultou a favor da diplomacia moçambicana, que passou a contar com mais apoio de países ocidentais, nomeadamente dos nórdicos.

## 1.2. Corrente das Causas Internas:

---

<sup>24</sup> Provavelmente, o mais acérrimo anticomunista dos presidentes americanos, fez dos seus mandatos autênticas cruzadas para combater o òMalò, personificado pelo Comunismo, representado pela União Soviética em todo o mundo.

<sup>25</sup> Efectivamente, e em muitos casos este alinhamento era inútil, quer dizer, não existia um não-alinhamento efectivo, real, no sentido de um Estado ser imparcial à bipolarização mundial. No contexto geopolítico era difícil manter um posicionamento imparcial, de um não-alinhamento efectivo, este era apenas a nível do discurso político, havia sempre um *alinhamento real*.

Esta associa as causas da guerra a factores internos como por exemplo às tentativas da socialização do campo no período pós independência. Esta corrente não só traz elementos de ordem política, como também uma abordagem nova, a interpretação social do conflito. Pela primeira vez admite-se a possibilidade de este ter origem em contradições de natureza política/económica e ou social, isto é, alguns sectores da sociedade moçambicana que por qualquer motivo teriam ficado desapontados, ou mesmo sido colocados à margem do processo de edificação do novo estado. Estes sectores consciente ou inconscientemente estiveram na origem do conflito ou podem ter constituído uma possível base de apoio ou sustentação do conflito.

São apologistas desta corrente académicos como Michel Cahen<sup>26</sup>, Christian Geffray<sup>27</sup>, Dan O'Meara<sup>28</sup>. De acordo com este último existem quatro tipos de explicação para o colapso do sistema em Moçambique. Um deles defende que quando Pretória pôs em marcha o seu plano de intervenção em Moçambique os estragos já estavam feitos, sendo que a acção sul-africana apenas reforçou a situação de destruição em que o país já estava mergulhado, e assim ela não esteve na origem do conflito<sup>29</sup>.

As análises de Cahen e de Geffray são diferentes das de O'Meara, olham para o conflito noutra perspectiva: através de uma radiografia às medidas económicas, sociais e políticas implementadas pelo regime depois da independência. Assim dão mais ênfase à ruptura resultante da implementação das políticas agrárias sobretudo, ao fracasso da socialização do campo, com as cooperativas agrícolas e aldeias comunais.

<sup>26</sup> MICHEL. CAHEN. 1987. *La Révolution Implosé. Études sur 12 Ans d'Indépendance (1975-1987)* Paris. Points de Vue Concrets. L'Harmattan

<sup>27</sup> GEFFRAY. C. (et alt). 1986. *Sobre a Guerra Na Província de Nampula. Elementos de Análise e Hipóteses sobre as Determinações e Consequências Sócioeconómicas Locais*, In Revista Internacional de Estudos Africanos, 4/5:303-321.

GEFFRAY. C. 1991. *La Cause des Armes. Anthropologie d'une Guerre Civile*. Nairobi, Paris. Credu ó Karthala.

<sup>28</sup> O'MEARA. D. 1991. "The Collapse of Mozambican Socialism" Debate, In *Transformation* 14. pp: 82/102

<sup>29</sup> Apesar de O'Meara ser do CEA, e o artigo ter sido elaborado em 91, isto é *à posteriori*, a sua contribuição, tal como a de Sidaway, no debate é importante para o entendimento da questão. Quer dizer traz a lume novos elementos de análise, quer analisando outros aspectos do conflito, quer reordenando a sequência dos elementos no conflito.

Na mesma perspectiva, muito provavelmente, O'Meara talvez tenha descurado pormenores importantes na sua análise, a sequência dos elementos dentro da estratégia sul africana. Por exemplo: os elementos económicos da *Total Strategy*, a estratégia sul-africana de controle/pressão na região austral, que compreendia medidas económicas, diplomáticas e militares. Assim, as medidas económicas foram sendo aplicadas antes das militares e diplomáticas, contribuindo desta forma para o colapso da economia moçambicana. A máquina militar e a pressão diplomática apenas reforçaram os estragos feitos pela pressão económica. Resumindo, as medidas de natureza económica antecederam as militares.

Michel Cahen (1897) diz que para a compreensão do caso moçambicano é extremamente importante responder às seguintes questões:

- O que é a Frelimo?
- Qual é a natureza do Estado Moçambicano?
- Que realidade concreta é o *Poder Popular*?
- Quais seriam as causas sociais e políticas da indiferença (ou hostilidade) da população aos *projectos de desenvolvimento* oficiais?

Todavia Cahen<sup>30</sup>, não subestima o factor externo, faz referência à guerra económica da RSA contra Moçambique que consistiu em três medidas essenciais, nomeadamente: 1. Redução do efectivo mineiro contratado; 2. Redução do número de mercadorias a serem exportadas via portos moçambicanos; 3. O corte do pagamento deferido da mão de obra mineira<sup>31</sup>.

Por seu turno Christian Geffray & Pederson (1986:303-321) considera que a FRELIMO não tinha dúvidas quanto ao seu objectivo durante a guerra anti-colonial nem da sua postura marxista. Todavia esta não analisou com profundidade antes de implementar os seus programas e políticas. Pois o país que havia conquistado pelo cano das armas, não era homogéneo. O que se poderia fazer

<sup>30</sup> MICHEL. CAHEN. 1987. *La Révolution Implosé. Études sur 12 Ans d'Indépendance (1975-1987)* Points de Vue Concrets. L'Hartmann.

<sup>31</sup> Ob. Cit. p: 31.

sem problemas no Centro, por exemplo, não poderia ser feito com a mesma facilidade no Norte ou no Sul de Moçambique.

Geffray sustenta que a sociedade moçambicana, com uma história secular e algumas décadas de lutas sociais na condição colonial tornaram o país um mosaico de culturas diferentes, que as condições de luta e da vitória foram tais que os dirigentes da FRELIMO herdaram o país sem nunca se terem confrontado com essa realidade<sup>32</sup>.

O novo poder, apesar de não o fazer intencionalmente<sup>33</sup> foi acumulando erros, que Geffray chama muito polidamente: “erros de perspectiva”, na implementação da sua política e estratégias de desenvolvimento, que a dada altura estes se constituíram nos principais entraves ao próprio desenvolvimento. O autor dá exemplo do projecto das aldeias comunais, pelo qual cerca de 80% dos treze milhões de moçambicanos deveriam abandonar suas casas - onde sempre viveram - e progressivamente suas terras, para se dedicarem aos trabalhos colectivos, no novo sistema de produção colectiva e popular, no quadro de uma organização mais “eficaz” e “fraternal”<sup>34</sup>.

Sobre os “erros de perspectiva”, tanto Geffray e Cahen parecem partilhar a mesma opinião. Cahen (1987:73-75) diz que a certa altura, o Estado moçambicano era um estado isolado. Pela estrutura e funcionamento adoptados estava isolado da população. Ora, em tal situação as medidas tomadas estariam fora da realidade, desenquadradas. O poder popular pretendido não era mais que uma ficção, e não definia nada mais, nada menos que a representação do partido em si.

---

<sup>32</sup> GEFFRAY, C. 1991. p: 25.

<sup>33</sup> Isso é discutível. Quando se aplica uma medida há que ter em conta, na fase de preparação todos os elementos, os *prós* e os *contras*. Em caso de não terem sido previstos todos *prós* e *contras*, na aplicação podem surgir problemas, que muitas vezes revela quão certa/errada é a medida que se pretende implementar. Neste contexto a continuidade de medidas impopulares não pode deixar de ser considerada intencional e propositada. Quero questionar aqui o termo *intencionalmente*. Se não foi intencionalmente como justificar certas medidas?

<sup>34</sup> GEFFRAY, Ob. Cit. p: 15.

E difícil sabe-lo, mas como poderia a FRELIMO tentar construir em poucos anos um sistema produtivo, eficaz e fraternal<sup>35</sup> se o anterior, apesar da natureza das suas relações de produção, levara anos e anos a construir? Seria ingenuidade? Ou algo propositado? Um dos principais erros da FRELIMO teria sido a ausência de mecanismos que lhe permitisse reconhecer a existência dos diferentes componentes, por vezes contraditórios, da sociedade colonizada que lhe era dada a governar<sup>36</sup>. Sendo que partiu para a implementação das suas políticas e medidas desenvolvidoras sem conhecimento da realidade. Naturalmente, a diferença entre o planificado e a realidade iria provocar reacções, de parte a parte, quer dos supostos receptores das medidas, quer por parte dos implementadores.

Em muitos casos as diferenças históricas e sociais locais não foram tomadas em consideração ou respeitadas, nem as reais aspirações e motivações das populações em nome das quais e para quem o projecto fora concebido.

Geffray chama a isso a ideologia da “Página em Branco”, o que quer dizer que a partir do momento em que a FRELIMO assume o poder a história de Moçambique passa a ser escrita de novo, a partir de zero. Tudo o que acontecera antes não conta, como se não existisse, havendo ainda uma grande pretensão por parte das novas autoridades com relação à relutância de aceitar sugestões. Diz ainda que:

*“(…) dada a ausência de mecanismos políticos de ligação com as populações rurais e a ignorância inquieta e arrogante da sua história e formas de existência social, o poder não tentou promover a sua livre expressão – nem sequer para conhecer as forças e os interesses em jogo – preferindo negar tudo em bloco. Os promotores das aldeias comunais concebiam tudo como se as populações rurais fossem uma enorme série de indivíduos, homens, mulheres, velhos e crianças sem qualquer vínculo social, que subsistiam independentemente uns dos outros, como se caídos do céu,*

---

<sup>35</sup> Não quer dizer com isso que o anterior fora.

<sup>36</sup> GEFFRAY, Ob. Cit. p.: 15.



tivessem esperado a FRELIMO para se organizarem, como se não tivessem já historicamente e de longa data “organizados”. Era a ideologia da “página em branco”<sup>37</sup>.

Nesta perspectiva, o papel da FRELIMO em Moçambique atinge um cariz “messiânico”, salvador. Contestá-lo era considerado sacrilégio. Quando a realidade e os factos, as práticas sociais, que caracterizam as comunidades no terreno, interferiam na acção dos representantes do novo poder, do *Estado-desenvolvedor*, estas eram igualmente rejeitadas de uma forma estereotipada e cómoda no novo vocabulário oficial: *obscurantismo*, *superstição*, *feudalismo*, incorporando desta forma os efeitos inoportunos e insistentes de uma realidade social e histórica que o novo poder excluía da sua lógica oficial<sup>38</sup>.

A FRELIMO no pós independência desenvolveu um discurso, na esteira do que se disse anteriormente, que não reconhecia às populações rurais uma existência social, a não ser em termos de sobrevivências arcaicas, incómodas e vergonhosas, efeitos da inércia de mentalidades, obstáculos que seriam eliminados com a criação do Homem Novo<sup>39</sup>.

Gervase Clarence-Smith, tendo como base alguma literatura francesa e alemã sobre o assunto, aponta para uma mudança de paradigma na análise da crise moçambicana: com a tese desestabilização/RENAMO usada para explicar o conflito a ser substituída, por outras que enfatizam as políticas agrárias da FRELIMO. A sua análise baseia-se nos trabalhos de Michel Cahen<sup>40</sup>, Geffray<sup>41</sup>, em quatro artigos sobre Moçambique numa publicação alemã<sup>42</sup>, nos quais os autores dão particular ênfase à crucial questão das áreas rurais, e aos graves erros cometidos pelo

---

<sup>37</sup> GEFFRAY, C. 1991, p. 16.

<sup>38</sup> GEFFRAY, C. 1991, p.16-17.

<sup>39</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>40</sup> MICHEL, C. 1987. *MOZAMBIQUE: La Révolution Implosé*. Le Harmattan, Paris, e o artigo *Moçambique: Guerre et Nationalismes*, In special number of *Politique Africaine*, Éditions Karthala, Paris No. 29, March 1988.

<sup>41</sup> Dois artigos, o segundo escrito com Mogens Pedersen, *Sobre a Guerra na Província de Nampula: Elementos de Análise sobre as Determinações e Consequências Sócioeconómicas Locais*, editados na Revista Internacional de Estudos Africanos.

<sup>42</sup> *Agrargesellschaften im Portugiesischsprachigen Afrika*, editada por Peter Meyns. Vol. 129 of *Sozialwissenschaftliche zu Internationalen Problem/Social Science Studies on International Problems*). Verlag Breitenbach/Breitenbach Publishers. Saarbrücken & Fort Lauderdale. 1988.

governo da FRELIMO, particularmente à questão da Terra; as políticas de socialização, as Cooperativas Agrícolas, Machambas Estatais e Aldeias Comunais.

Apesar de ter acontecido depois do início da guerra (Julho de 1986), Clarence-Smith sublinha um caso, citando Cahen, sobre a problemática da Terra em Moçambique: “*Que Estado é este?*” pergunta um agricultor ao governador de Gaza em Julho de 1986, “*que nos tira a terra e as dá às machambas estatais que nem sequer as cultivam?*”<sup>43</sup>

O testemunho de um camponês anónimo de Gaza lembra que as machambas estatais não foram criadas apenas a expensas das terras abandonadas dos colonos e antigas companhias, mas também pela alienação de propriedades camponesas, o que teria contribuído para a guerra civil. Lembra sobretudo, que um Estado criado para dar ao povo, tirou também, e em muitos casos usando a força.

Estes dois casos ilustram o nível de crítica a que as políticas da FRELIMO estavam sujeitas. O sistema cooperativo, outra medida a implementar no campo, como parte da sua transformação, demonstrou ser ineficaz, dado que, segundo Yussuf Adam<sup>44</sup> o movimento cooperativo no Norte de Moçambique, suporte da luta de libertação, contribuiu para o enriquecimento de camponeses que mais tarde se opuseram à visão de uma sociedade mais igualitária da FRELIMO nas zonas libertadas.

Todavia, tanto para Adam (1988) como para Cahen (1988), a FRELIMO, contrariando certos discursos<sup>45</sup>, não conseguiu substituir a produção familiar e individual pela comunal/cooperativa. A

---

<sup>43</sup> CLARENCE SMITH. G. 1989. “*The Roots of the Mozambican Counter-Revolution*”. In. Southern African Review of Books 7. April/May.

<sup>44</sup> In *Agrargesellschaften im Portuglesischsprachigen Afrika*, editada por Peter Meyns. Vol. 129 of Sozialwissenschaftliche zu Internationalen Problem/Social Science Studies on International Problems). Verlag Breitenbach/Breitenbach Publishers. Saarbrücken & Fort Lauderdale. 1988.

<sup>45</sup> Pelo menos a nível oficial transmitia-se a ideia de substituição com sucesso de um *sistema retrógrado* o capitalista por um novo o cooperativo, mais justo e produtivo.

produção comunal/ cooperativa encontra-se em situações muito particulares e associada ao esforço da guerra<sup>46</sup>.

Após a independência, as cooperativas foram pouco sucedidas, pelo menos as do tipo em vista pelos ideólogos da FRELIMO. Cahen (1988) diz que a FRELIMO foi incapaz de persuadir pouco mais de cinco ou seis dos 500 a 600 agricultores privados, no fim da guerra, a formarem cooperativas de produção.<sup>47</sup>

Basicamente, esta corrente dá particular ênfase ao insucesso das políticas económicas, agrárias e sociais da FRELIMO no pós independência. Muitos estudos em Angola e Moçambique, simpatizantes ou hostis aos projectos socialistas naqueles países, têm focalizado as causas do fracasso, explicando as crises catastróficas em que os países se encontram presentemente envolvidos. Neste modelo, a guerra aparece como uma das possíveis causas das crises, bem como o enfraquecimento estrutural ou falhanço fundamental na concepção de políticas e sua implementação. Contudo:

*“(...) na ausência da guerra poderiam a FRELIMO e o MPLA realizar as suas promessas? Ou o fracasso era inerente a esta perspectiva errada, que estava destinada ao colapso ou encerrava contradições capazes de provocar, por si só, a guerra? Os fracassos de Angola e Moçambique tiveram origem distintas ou fazem parte da mesma desilusão dos outros estados africanos incluindo os de esquerda, os de direita e aqueles que não aderiram a nenhuma ideologia?”<sup>48</sup>*

Terá sido a guerra uma desculpa para o falhanço das suas políticas? Pode-se concluir que as causas estariam nos erros cometidos pelo novo poder em Moçambique, que de uma forma ou outra teriam contribuído, se não directamente para a eclosão do conflito, pelo menos para a criação de um

<sup>46</sup> CLARENCE-SMITH. G. 1988.

<sup>47</sup> MICHEL, C. 1987. *MOZAMBIQUE: La Révolution Implosé*. L'Harmattan, Paris, e o artigo *Moçambique: Guerre et Nationalismes*, In special number of *Politique Africaine*, Éditions Karthala, Paris No. 29, March 1988.

<sup>48</sup> MINTER. W. 1994. p. 60.

capital económico, social e político para a eclosão do mesmo. Isto é, as medidas económicas, sociais, culturais e políticas tomadas pela FRELIMO teriam criado um “capital” propenso ou mesmo receptivo à ideia de uma reacção àquela. Provavelmente não se vislumbrassem as formas<sup>49</sup> que a contestação ao regime tomaria, mas este capital “existia”. Na sociedade eram visíveis os “opositores latentes”.

Num enquadramento equidistante às duas correntes, mas de certa forma mais próximo da segunda, Derluguian<sup>50</sup> parece adoptar uma postura mais cuidadosa quando diz:

*“Prefiro tentar apresentar uma via alternativa a esta chamada Guerra Civil (ou se o preferir Agressão Externa) considerando a dinâmica interna do fenómeno, que, argumentarei, não é civil nem tão pouco sequer guerra. Esta tarefa pressupõe, primeiro: uma crítica à apreciação política dominante; segundo: que examinemos a realidade social do banditismo armado em Moçambique (ou Renamo). Esta realidade é quase sempre ignorada pelos analistas políticos, e penso ser muito importante e instrutivo entender porquê.”<sup>51</sup>*

Embora de forma diferente da de Geffray, Cahen e Pedersen, este autor procura dar alguma ênfase ao factor social do conflito, tentando separar a análise política, que efectivamente domina esta problemática e que também muitas vezes impede uma interpretação mais correcta. Por exemplo o mesmo autor adianta:

*“Na literatura existente sobre a Renamo, qualquer um pode facilmente distinguir as três correntes, embora tradicionalmente se chame conservadora, liberal e radical (a última inclui várias interpretações dogmáticas de cariz marxista). Mas conceptualmente, apesar de alguma oposição ideológica nas afirmações e discursos, todas correntes pertencem à mesma apreciação – aquela cuja disciplina é sobreposta pelo jornalismo e é chamada na tradição académica ocidental de “Ciência Política”. Não faz diferença se a Renamo é chamada de “bonecos antipopulares”,*

<sup>49</sup> Acredito que estas dependem muito da reacção do regime à crítica e ou aceitação dos seus erros e como reage quando lhos indicam. Numa situação em que o regime não admite que comete erros é muito provável que a reacção a esse regime atinja níveis de refinada violência, porque já não estão em causa apenas diferenças de natureza político/ideológica mas também querelas pessoais. Em muitos casos a acção determina a reacção. Obviamente há excepções.

<sup>50</sup> DERLUGUIAN, GUEORGUI. 1990. *Social Decomposition and Armed Violence in Postcolonial Mozambique*. REVIEW XIII. 4, Fall. 439-440.

<sup>51</sup> Idem.

*combatentes de ideias ocidentais” ou “Kbmers Vermelhos Africanos”. Presume-se apenas que seja uma força com objectivos políticos e ideológicos, a depor manu militari o governo marxista da Frelimo e restabelecer o capitalismo, que é a representação dos interesses de uma classe concreta (ou tribal). Por conseguinte, emerge aqui um esquema extremamente simples: “um regime comunista suportado pelo Este versus guerrilheiros anti-comunistas suportados pelo Oeste”, com apenas uma grande modificação que distingue o conflito em Moçambique – ao invés de um apoio claro e manifesto do Oeste, este é sul-africano (e antes rodesiano).”<sup>52</sup>*

---

<sup>52</sup> DERLUGUIAN. 1990. p:440.

## Capítulo Segundo:

### 2. Moçambique Independente: As Causas Prováveis da Guerra.

Passo a apresentar um conjunto de elementos/situações que poderiam constituir, à sua maneira, prováveis causas do conflito:

#### 2.1. Situação Política.

Na arena política a FRELIMO detinha grande vantagem, mercê do seu protagonismo na luta contra os portugueses. Esta vantagem associada à quase inexistência de outras forças políticas (as que existiam não constituíam entrave às aspirações da FRELIMO<sup>53</sup>), à fragilidade dos portugueses, decorrente dos acontecimentos na Metrópole, fortaleceu as suas posições. Neste contexto, o movimento parte para as negociações de Lusaka numa posição de força. Assim, embora Lusaka não fizesse de forma aberta, referência ao sistema político a implementar no país, a FRELIMO assumiu-se como única representante do conjunto do povo moçambicano. Afastando com isto qualquer hipótese de partilha do poder ou qualquer manobra eleitoral ou referendo e abrindo caminho a um regime monopartidário e monolítico.

Muitos autores são unânimes em afirmar que se alguma medida eleitoral ou referendista se tivesse realizado a FRELIMO teria ganho com uma margem acima dos 80%, pois o povo estava com a FRELIMO. Era opinião geral que a FRELIMO havia trazido a paz e independência para o país. Com base nesta opinião pode-se aceitar que considerável parte da população moçambicana estava do lado da FRELIMO.

Assim, à luz do acordo, ela foi gradualmente instalando em todos os níveis da sociedade moçambicana as suas estruturas e a sua ideologia, dando indicações claras de que não partilharia o poder com nenhuma força política.

---

<sup>53</sup> O COREMO era concordante com a ideia de um referendo pré-independência, e que o futuro de Moçambique fosse decidido numa mesa-redonda entre todos os grupos políticos existentes no território. A FRELIMO sempre foi contra a ideia do referendo. REIS e MUIANE. 1975. *Datas e Documentos da História da FRELIMO*. Maputo. Imprensa Nacional. p: 137.

A hegemonia política da FRELIMO do pós independência e a forma ortodoxa como aplicava as suas políticas, eram sintomáticas de que não admitiria contestação de nenhuma espécie. A situação caracterizava-se pela ausência completa de diferença de opinião. Entramos aqui para a situação já descrita por Geffray (1991), segundo o qual as opiniões diferentes eram tidas como contra-revolucionárias e ou inimigas e por isso combatidas.

Desta forma, pode-se dizer que o panorama político após o Acordo de Lusaka é caracterizado por uma clara hegemonia da FRELIMO um pouco favorecida por uma cláusula do mesmo acordo, pela qual, embora relutantemente o governo português entrega o poder da ex-colónia à FRELIMO e a reconhece como legítima representante do povo moçambicano<sup>54</sup>. Segundo W. Cline<sup>55</sup> os portugueses deram simplesmente de “mão-beijada” o governo à FRELIMO. Todavia na óptica da FRELIMO esta partilha democrática do poder nunca esteve em perspectiva.

Efectivamente, a consulta popular, fosse via *referendum*, ou alguma forma de sufrágio não era perspectiva da FRELIMO. O cenário de um *referendum* ser-lhe-ia provavelmente muito favorável, pois a partir daí teria a justificação de estar a representar a vontade popular expressa para tomar as medidas que tomou. E considerar os contestatários como indivíduos que fossem contrários à vontade popular.

De uma ou de outra forma, e numa primeira fase, do período de transição, apesar da posição vantajosa de que a FRELIMO gozava, esta convivia com outras forças políticas, algumas realizaram comícios em algumas cidades importantes, Beira e Lourenço Marques. Mas o desenrolar dos acontecimentos mostrar-se-á favorável à FRELIMO na medida que permitirão a esta eliminar literalmente outras forças políticas. Alguns líderes partidários são presos, outros saem do país.

---

<sup>54</sup> *Imparcial*, 17.09.01 p:3. citando o professor Manuel Lopes Gonçalves Sales que considera que a estratégia portuguesa foi motivada pela Barragem de Cahora Bassa.

<sup>55</sup> Sibyl W. Cline. 1989. *RENAMO: Em Defesa da Democracia Em Moçambique*. Conselho de Estratégia Global dos EUA. Washington D.C. p: 17.

## 2.2. Política Externa.

A FRELIMO, dentro do seu espírito revolucionário aspirava ser o modelo de liberdade para os povos oprimidos na África Austral. Assim dentro de uma conjuntura internacional que lhe era favorável, com alguma euforia à mistura, o novo poder em Moçambique declarou apoiar incondicionalmente as lutas dos povos irmãos do Zimbabwe e da África do Sul. Nos fóruns internacionais apoiava incondicionalmente a causa dos *povos irmãos* daqueles dois países.

A posição moçambicana passou das palavras às acções permitindo que os movimentos de libertação daqueles países usassem o solo moçambicano como bases para a sua acção libertadora. No caso da Rodésia do Sul destacamentos moçambicanos combateram em solo estrangeiro ao lado dos guerrilheiros. O discurso político moçambicano radicalizou-se na sua vertente externa, provavelmente pela conjuntura regional, países de minorias brancas: África do Sul e Rodésia do Sul. Contudo este foi tomando contornos mais efectivos com:

### 2.2.1. As Sanções à Rodésia do Sul:

O porto da Beira é a saída vital de um conjunto de países do *hinterland* como a Rodésia do Sul, Zâmbia, Malawi e até o Zaire. E importante fonte de receitas de Moçambique<sup>56</sup>. Nestas condições, sua importância económica transcende as diferenças políticas. Moçambique, país recém independente necessitava de uma importante fonte de receitas como era o porto da Beira, de que o próprio governo colonial não abdicou:

*“Um rápido exame da balança de pagamentos de Moçambique em 1966 mostra-nos, por outro lado, que os transportes, caminhos-de-ferro e os portos – sem falar do imposto fiscal a que dão origem – representam cerca de 42% do total das receitas. Esta estreita dependência explica também a amargura das queixas dos portugueses a propósito das sanções contra a Rodésia que teriam implicado, devido ao encerramento do pipeline Beira - Umtáli e a diminuição do tráfego nos portos da Beira e Lourenço marques, uma perda de 215 milhões até Agosto de 1967 (cerca de 19*

<sup>56</sup> Uma das principais. Segundo estimativa das Nações Unidas, o custo das sanções foi na altura 250 milhões de libras esterlinas. HANLON, Joseph. 1984. *MOZAMBIQUE: The Revolution Under Fire*. London. Zed. : 51.



*milhoes no final desse mesmo ano), perda essa que Portugal reclamava como indemnização às Nações Unidas. Franco Nogueira, ministro dos Negócios Estrangeiros português e autor desta exigência, não referiu, no entanto, que de acordo com o relatório da OCDE, durante esse mesmo período, o comércio entre Portugal e a Rodésia duplicara, passando de \$314.000 dólares durante os primeiros nove meses de 1966, para \$1,2 milhões para o mesmo período em 1967 (importação), e de \$111.000 dólares para \$493.000 dólares de exportações, enquanto a produção industrial de Moçambique aumentava de 43% em 1966 contra cerca de 6% em relação ao ano anterior: a refinaria de Lourenço Marques, por exemplo, tratou de um ano para o outro 12 vezes mais petróleo, petróleo esse abertamente destinado à Rodésia como foi garantido pelo ministro já citado”<sup>57</sup>*

A citação dá uma clara e inequívoca imagem de que o novo governo conhecia a importância do porto da Beira para a economia moçambicana e principalmente do quanto custaria ao país a sua aplicação.

Todavia a situação com a Rodésia de Smith não é tão simples como à primeira vista pode parecer. Dada a conjuntura interna e regional, económica e política, a nível interno a Rodésia passava por um processo complexo, caracterizado por reestruturação da sua economia e convulsões sociais (intensificação da luta armada), e a nível regional as suas produções estavam a perder mercado. Assim, com o encerramento da fronteira com a Zâmbia e a independência de Moçambique a seguir, a situação se afigurava algo dúbia para o regime, que opta por uma mudança de atitude, a seu orçamento transforma-se em um orçamento de defesa e de subsídios, medida acrescida com a retirada das tropas sul-africanas e com a crescente incerteza com relação à situação em Moçambique<sup>58</sup>.

É nesta conjuntura que Moçambique, país recém saído de uma guerra de libertação, sem recursos para o seu programa de reconstrução, assume uma atitude que lhe saiu extremamente cara, pois a comunidade internacional que havia prometido ajuda para compensar as perdas resultantes das

<sup>57</sup> J.O. Monteiro, *Moçambique no Contexto da África Austral* (1968) in A. BRAGANÇA, I. WALLERSTEIN 1978. *Quem é o Inimigo (III) ? A Estratégia da Libertação*. Lisboa. Iniciativas Editoriais. p: 71.

<sup>58</sup> BRAGANÇA. A. (Dir.) 1976. *ZIMBABWE: A Questão Rodesiana*. Maputo. CEA ó UEM. INLD. p.:36.

sanções, não o fez<sup>59</sup>. Politicamente pode ter sido uma vitória, mas em termos económicos como enquadrar esta vitória? Que interesse prático terá para milhares de pessoas que ficaram desempregadas como consequência desta vitória política?

A FRELIMO assume a posição das Nações Unidas e decreta as sanções à Rodésia do Sul com conhecimento das perdas daí resultantes. A troco de quê as sanções foram aplicadas? Teriam as Nações Unidas indemnizado o país pela sua aplicação?

A resposta àquelas perguntas podem ser encontradas nos elementos seguintes: Em Maio de 1975, em Dar-es-Salaam, o presidente do movimento, Samora Machel e a Sr.<sup>a</sup> Judith Hart, ministra britânica para o desenvolvimento além-mar, reuniram-se com a seguinte agenda:

- Discutir o auxílio da Grã-Bretanha a Moçambique nos primeiros anos da independência, que se cifraria em 13 milhões de libras esterlinas;
- A provável compensação a conceder a Moçambique, caso este concorde encerrar as suas vias marítimas à Rodésia em observância das sanções das Nações Unidas contra o regime de Smith. Calculava-se que Moçambique perderia cerca de 2 milhões de contos/ano pelo embargo.<sup>60</sup>

As conversações mereceram grande destaque na imprensa em Moçambique que acompanhava a evolução delas. As promessas de ajuda económica sobem. Os britânicos manifestam interesse em compensar as perdas e para o primeiro ano da independência seriam 32 milhões de U\$D<sup>61</sup>. *Sir* James Calaghan, ministro dos negócios estrangeiros britânico, assegura que o Reino da Suécia dispõe-se a ajudar Moçambique no boicote à Rodésia racista<sup>62</sup>.

<sup>59</sup> HANLON, Joseph. 1984. *MOZAMBIQUE: The Revolution Under Fire*. London. Zed. P.: 15.

<sup>60</sup> *Notícias*. 11 de Maio de 1975.

<sup>61</sup> *Notícias*, 12 de Maio de 1975.

<sup>62</sup> *Notícias*, 19 de Maio de 1975. p: 5.

Percebe-se a aplicação de sanções<sup>63</sup> por parte de Moçambique, mas segundo Hanlon (1984:51), Moçambique não tinha alternativa, ser-lhe-ia difícil sobreviver num ambiente rodeado de países hostis. Acho porém, que a medida tomada por Moçambique diminuiu-lhe as possibilidades de sobrevivência em tal ambiente hostil, isto é, consciente de estar cercado de países hostis, de quem foi primeiro a declarar-se inimigo, tomou uma medida que em nada diminuía qualquer hostilidade latente, pelo contrário incentivou a tomada de acções mais abertas, dado que a Rodésia do Sul considerava a questão do porto da Beira uma questão de “soberania nacional”.

Moçambique, muito provavelmente contava compensar a perda das receitas provenientes do porto da Beira, com as resultantes dos pagamentos em ouro da força de trabalho nacional nas minas do Rand<sup>64</sup>. Infelizmente, o governo sul-africano diminuiu o número de mineiros moçambicanos para menos de 40.000 agravando a situação. Moçambique estava a sobreviver à custa de dois vizinhos hostis, uma situação nada cómoda para tomar certas medidas. Para a África do Sul a mão-de-obra mineira de que estava a abdicar era importante, mas diferente de Moçambique a sua economia era mais sólida, e sempre tinha opções à mão-de-obra moçambicana.

Nesta questão, teria pesado muito o espírito nacionalista do novo regime, e o seu “comprometimento” com a libertação dos povos oprimidos do mundo e da região, não só como também a atmosfera política do período era favorável a esta posição. Sendo assim qualquer medida que tornasse esse objectivo alcançável, era justificável e plausível.

---

<sup>63</sup> Estas sanções, que Moçambique decretou oficialmente a 3 de Março de 1976, têm um longo historial. O Conselho de Segurança das Nações Unidas chegou a defender o recurso a uma acção violenta contra a Rodésia do Sul (no âmbito do Cap. VII da Carta), vide propostas 217 de 20 de Novembro de 1965 e 221 de 22 de Abril de 1966, esta última aprovada por 10 votos a favor e 5 abstenções: Bulgária, França, Mali URSS e Uruguai, que *inter alea* clamou a todos os estados para fazerem o seu máximo para quebrar as relações económicas com a Rodésia do Sul (decretar sanções), incluindo o embargo ao petróleo e derivados, mais ainda clamou ao Reino Unido que impedisse pelo uso da força (se necessário), a chegada ao porto moçambicano da Beira de navios que se acreditava transportarem petróleo, destinado à Rodésia do Sul. Autorizou ao Reino Unido para deter e embargar o navio Joana V à sua partida da Beira, no caso de haver descarregado o seu carregamento de petróleo. A proposta 232 de 16 de Dezembro de 1966, aprovada por 11 votos e 4 abstenções (Bulgária, França, Mali e URSS) impôs sanções selectivas (no âmbito dos Art.ºs 39.º e 41.º), a proposta 235 (de 1968) impôs sanções económicas obrigatórias. Vide ZACKEM. *International Conciliation*. N.º 572. (19699, pp.: 36-63, BROWLLIE. Ed. *Basic Documents on African Affairs*. Oxford Clarendon Press. pp.: 265-403.

<sup>64</sup> Muito provavelmente ãembaladoõ nos ganhos extras de divisas e incremento da mão de obra mineira por ocasião da diminuição da mão de obra malawiana, consequência de um acidente aéreo que vitimou mineiros malawianos. O acidente *favoreceu* Moçambique, pois em 1975 os mineiros nacionais atingiam 115.000, alguma actividade sindical fez com que este número aumentasse e finalmente o pagamento em ouro 8que inicialmente era um subsídio sul-africano à guerra contra a FRELIMO). Em 1974 o preço do ouro aumentou três vezes, e assim para Moçambique os ganhos estavam a quase 50 milhões de libras esterlinas/ano, esta ãnuvem de prosperidadeõ, aliada a outros factores pode ter motivado a tomada de sanções contra a Rodésia do Sul.

### 2.2.2. A Mão Rodesiana:

O que é conhecido como a “*Mão Rodesiana*” constitui a reacção da Rodésia do Sul em retaliação às medidas tomadas depois da independência por Moçambique, que se verifica nas seguintes acções cruciais:

- *económicas*: aplicação de sanções;
- *militares*: auxílio, treino e equipamento das forças guerrilheiras da ZANU-PF, numa primeira fase<sup>65</sup> e na segunda com os *Internacionalistas*<sup>66</sup>.

No contexto regional, a questão punha-se da seguinte maneira: a Rodésia do Sul em contradição com a coroa britânica<sup>67</sup>, encontrava-se numa situação delicada e diferente da sul-africana. Dadas as circunstâncias, para o regime minoritário rodesiano, a independência de Moçambique representava uma ameaça directa, as Nações Unidas haviam decretado sanções económicas, e como se sabe, a sua prosperidade dependia grandemente da saída para o mar que era o porto moçambicano da Beira. Para o governo de Ian Smith<sup>68</sup> era crucial saber se Moçambique alinharia ou não com as sanções decretadas pelas Nações Unidas.

Para Moçambique seria, do ponto de vista económico, mais vantajoso negociar com a Rodésia do Sul os termos da continuidade do trânsito de mercadorias pelos seus dois portos de Lourenço Marques e da Beira, mantendo assim uma fonte de receitas em divisas que lhe eram vitais, principalmente para implementar o seu programa de desenvolvimento económico, o que na realidade não aconteceu. Pelo lado moçambicano imperou alguma intransigência e a defesa do *povo irmão* do Zimbabwe, em detrimento dos interesses moçambicanos.

<sup>65</sup> Que remonta dos tempos da guerra de libertação, vide testemunho de José Moiane, *Tempo*, n.º 533, 28 de Dezembro de 1980, caixa: *Em Memória a Tongogaraö*, p. 37.

<sup>66</sup> Batalhões treinados algures na Matola com apoio chinês e cubano, em 1979 para lutar ao lado das forças guerrilheiras da ZANU óPF, ZANLA. *Zimbabwean People's Revolutionary Army* ó ZIPRA.

<sup>67</sup> Resultado da Declaração Unilateral de Independência - UDI em 1965 com apoio sul-africano.

<sup>68</sup> Primeiro ministro rodesiano até à independência de 1980 reconhecida pelas Nações Unidas.

Em termos militares os rodesianos passaram a enfrentar, depois da independência de Moçambique, o recrudescimento das acções militares da ZANU–PF que dispunham de inúmeras bases no território moçambicano, principalmente nas províncias fronteiriças (Gaza, Manica e Tete).

O fracasso da Operação “Nó Górdio”, que terá mostrado a incapacidade militar dos portugueses de resolverem a seu favor a situação em Moçambique, abre um capítulo novo na história da guerra de Moçambique e da região. Acelerando assim o surgimento de outras iniciativas, de carácter mais ou menos privado, como foram a formação de vários grupos, unidades especiais “anti – terroristas” em Moçambique<sup>69</sup> e na própria Rodésia<sup>70</sup>. Num contexto de uma guerra de contra – insurgência (ou guerrilha). Estas novas iniciativas, que eram terroristas<sup>71</sup> na sua essência e actuação, tinham como objectivo impedir a todo o custo a expansão da guerrilha da FRELIMO.

De acordo com Nilsson<sup>72</sup> a partir de 1970 a ZANLA<sup>73</sup> incrementou a colaboração com a FRELIMO. Dentro das fronteiras de Moçambique, primeiro nas zonas libertadas da FRELIMO de Tete, mais tarde em Manica e Sofala, conforme a FRELIMO se movia para o sul. A colaboração tomou duas formas distintas: por um lado os refugiados civis podiam procurar refúgio em zonas controladas pela FRELIMO, onde também os guerrilheiros da ZANLA podiam receber assistência médica. Por outro, as zonas serviam de retaguarda segura para as forças regulares da ZANLA, bem como para a sua guerrilha. Este apoio foi de extrema importância para a guerrilha rodesiana. Mas como consequência inevitável arrastou consigo o exército rodesiano e as suas unidades especiais para Moçambique para acções militares contra a guerrilha da ZANLA bem como a população civil. Para o mesmo autor a presença rodesiana neste contexto tem três fases distintas:

<sup>69</sup> OPVØ, GEØ, GEPØ, OPVDØ, PSPØ, Comandos, PIDEØ (ex- agentes da Polícia Internacional de Defesa do Estado) Flechas associados sobretudo a Jorge Jardim, empresário português com interesses na Beira.

<sup>70</sup> *Selous Scouts, Rhodesian Special Branch*, comandos especiais rodesianos, preparados para combater as *Zimbabwean African National Liberation Army* - ZANLA.

<sup>71</sup> Em Moçambique são conhecidos os casos do Massacre de Wiryamu (Tete), e de Inhaminga (Sofala) perpetrados por estas tropas.

<sup>72</sup> NILSSON. A. 1991. *From Pseudo-Terrorist to Brigandage: An assessment of the developing of the MNR in the perspective of the process from war to peace in Mozambique*. Peace & Development Research Institute. Gothenburg University. VINES, A.1991. *RENAMO: Terrorism in Mozambique*. Centre of Southern African Studies - University of York, James Currey, Indiana University Press, pp: 15/17

<sup>73</sup> Ala militar da ZANU ó PF.

- “Primeira: *quando as forças de segurança rodesianas começam a se preocupar com o incremento da colaboração entre a ZANLA e a FRELIMO, contra a qual iniciam as suas investidas militares através de unidades de comandos, que com certa reticência portuguesa, patrulham algumas zonas do interior de Moçambique (principalmente nas províncias já referidas);*
- Segunda: *quando se torna óbvio que os portugueses perderam o domínio da situação militar e a capacidade de travar o avanço da guerrilha da FRELIMO. A ZANLA passa assim a ter acesso a uma faixa cada vez maior do território fronteiriço. Esta nova fase é ser mais evidente em 1972. A resposta rodesiana foi a intensificação da recolha de informação e introdução de unidades de contra- insurgência<sup>74</sup>, medidas associadas ao general rodesiano Peter Walls e ao Tenente Coronel Ron Reid Daly<sup>75</sup> organizador dos Selous Scouts, que serviu na Malásia onde a prática da contra - insurgência teve algum sucesso no início dos anos cinquenta<sup>76</sup>.*

*Paralelamente às acções rodesianas no campo da contra - insurgência, há um desenvolvimento da versão portuguesa. Usando mais ou menos as mesmas tácticas. As forças portuguesas (criadas no contexto da contra-insurgência) iniciam uma série de acções bárbaras contra aldeias, especialmente na província de Tete, atribuídos à FRELIMO. A imprensa local, ao invés de condenar a nova estratégia dos militares, refere-os como pretendendo libertar o país dos massacres de civis. Há aqui uma concertação clara em várias direcções: os militares agem, a imprensa acusa a FRELIMO. Apesar do testemunho dos missionários católicos<sup>77</sup> sobre o incremento da violência dos militares nas aldeias em Tete, no terreno as acções continuam com a introdução dos aldeamentos.*

*As acções portuguesas e rodesianas tendem mais ou menos a convergir no período próximo da independência em Moçambique (1974-1975). Elementos das unidades especiais portuguesas que fugiram para a Rodésia após a*

<sup>74</sup> O plano era que tais unidades se disfarçassem de guerrilheiros, mesmo fardamento, mesmas armas, infiltrá-las em áreas de influência dos guerrilheiros e realizar massacres, os elementos destas unidades numa primeira fase eram recrutados entre antigos guerrilheiros da ZANLA e da FRELIMO óconvertidosó após sua captura, que iniciaram suas acções em Janeiro de 1973. De pouco sucesso, viu-se a necessidade de uma supervisão europeia (leia-se branca), o que conduziu à formação de outra unidade especial dentro do exército rodesiano destinada especificamente a este tipo de operação os Selous Scouts. NILSSON, Idem: p: 16. Com relação a isto a medida tomada pelas ZANLA e FRELIMO, foi decisão de Josiah Tongogara, então chefe do Departamento de Defesa da ZANU ó PF, deixar de recrutar guerrilheiros nos campos de refugiados moçambicanos, pois era recrutar agentes potenciais do inimigo, o que diminuiu substancialmente os massacres aos campos de refugiados. *Tempo*, n.º 533 de 28 de Dezembro de 1980.

<sup>75</sup> Vide revista TEMPO, n.º 562, 19 de Julho de 1981. p.12.

<sup>76</sup> NILSSON, 1991. idem p: 5.

<sup>77</sup> Padre Adrian Hastings que denuncia o Massacre de Wryyamu.

*independência encaixaram-se perfeitamente na ainda activa estratégia rodesiana. Os rodesianos viram-se de repente providos de novos reforços para a continuação dos seus raids em Moçambique. Ao mesmo tempo, a mudança política em Moçambique trouxe uma alteração no panorama político e militar, e as novas circunstâncias foram determinantes para a presença militar rodesiana em Moçambique. Esta mudança levou a um primeiro salto qualitativo no uso das unidades de contra – insurgência em Moçambique.*

- *Terceira: até aqui a actuação rodesiana em Moçambique gozava mais ou menos do beneplácito tácito das forças militares portuguesas. As acções trans-fronteiriças eram operações conjuntas contra um inimigo comum. As acções militares não significam um acerto político e diplomático. Contudo, depois de 25 de Junho de 1975, as acções rodesianas passaram a ser claras violações ao território independente e soberano de Moçambique e atentatórias contra a sua integridade territorial, passíveis assim de condenação internacional. Antes da independência, os Selous Scouts executavam operações clássicas e convencionais de contra-insurgência, usando pseudo-terroristas no interior de Moçambique para destruir a guerrilha. As actividades do CIO eram operações de inteligência e recolha de informações. Depois de 1975 tornou-se necessário organizar uma capa para todas as operações, e isto passou a ser o principal objectivo do chefe do CIO, Ken Flower. A partir daí o conceito de pseudo-terrorismo evoluiu para o de pseudo-guerrilha. Como pseudo-terrorista, aparentavam ser terroristas, mas com outros objectivos; como pseudo-guerrilheiros<sup>78</sup> aparenta-se ser guerrilheiro, mas efectivamente com objectivos opostos<sup>79</sup>.*

*A decisão de criar uma força que operasse com a aparência de uma resistência autêntica derivou da necessidade de dar ao governo minoritário branco o mínimo de credibilidade internacional. Ou, pelo menos, não dar mais argumentos para o seu isolamento internacional Neste contexto, a criação do MNR, é um processo, mais do que uma decisão isolada<sup>80</sup>.*

<sup>78</sup> Alguns elementos das forças especiais portuguesas que se refugiaram na Rodésia após 1975, providenciaram matéria prima para estas novas unidades. De um lado, havia elementos ligados ao aparato administrativo e político colonial como Orlando Cristina e Evo Fernandes, de outro, moçambicanos de níveis diferentes das forças especiais. A solução rodesiana foi a intensificação do recrutamento de moçambicanos, dando assim a aparência de esta ser uma actividade de moçambicanos. Vd. NILSSON, A. 1991, p: 4

<sup>79</sup> Sobre este aspecto é conhecida uma frase atribuída ao chefe do CIO, Ken Flower: *«Queríamos recrutas para treinar, chegavam até nós batalhões inteiros»*

<sup>80</sup> NILSSON. 1991:4-5.

Nilsson (1981:3) refere ainda que após 1975, os rodesianos serviram-se do MNR<sup>81</sup> para contrariar as actividades da ZANLA no interior de Moçambique, e dos antigos colonos para contrariar o novo governo da FRELIMO. Todavia, nas novas circunstâncias não havia igualdade na colaboração entre os rodesianos e os portugueses, os portugueses aproveitaram-se da máquina de guerra rodesiana como confessa Orlando Cristina:

*“são os rodesianos quem paga o meu salário, bem como a manutenção dos moçambicanos que lutam dentro de Moçambique. Sem o seu apoio, estaríamos todos sentados em cafés em Lisboa sonhando com batalhas quiméricas. Nem a África do Sul, ou o Malawi podem organizar a guerrilha. Isso tem sido possível apenas com a Rodésia.”*<sup>82</sup>

Na estratégia rodesiana são notórios aqui dois pontos distintos, porém complementares:

- A criação de uma certa força (nas províncias do centro de Moçambique) que contrariasse o avanço da FRELIMO, ou mesmo o seu objectivo de independência, e na impossibilidade de atingir aquele objectivo, inviabilizar a todo o custo ao sucesso da medida<sup>83</sup>.
- Recuperação por parte do CIO/MNR de parte considerável daquele capital humano (que a política da FRELIMO tratou de ostracizar<sup>84</sup>), para levar a cabo os seus objectivos.

Por estes factos, e em grande medida na esteira da análise de Nilsson<sup>85</sup>, torna-se claro e evidente que teriam partido da FRELIMO, mais tarde Moçambique, acções passíveis de serem entendidas como de ingerência nos assuntos internos da Rodésia, isto é Moçambique atacou e esperava que não fosse. Ingenuidade?<sup>86</sup>

---

<sup>81</sup> Ou o seu embrião. As tropas que combateram a guerrilha zimbabweana não foram necessariamente as que se constituíram na resistência moçambicana. Muito provavelmente o modelo da contra-insurgência tenha servido para Ken Flower constituir a MNR este surge oficialmente em 1979.

<sup>82</sup> Idem, p. 5.

<sup>83</sup> Com que objectivos? Provavelmente estes: 1. criar o descrédito das novas autoridades, 2. mostrar a ineficácia das independências em África e a inevitabilidade da presença colonial/branca como dominante no continente.

<sup>84</sup> Vd. Discurso de Samora Machel na Beira, COLIN DARCH & DAVID HEDGES 2001. *Samora Machel in Beira, June 1975: Political Rhetoric in the Transition to Mozambican Independence*, onde a cidade da Beira é apresentada como o centro da discriminação racial, satélite do Apartheid, da África do Sul, do racismo da Rodésia, centro de desdobramento das forças reaccionárias, centro do crime e do banditismo, entre outros adjectivos.

<sup>85</sup> H. ABRAHAMSSON & A. NILSSON. 1994. *Moçambique Em Transição: Um Estudo da História de Desenvolvimento durante o período 1974 – 1992*. CEEI ó ISRI Padrigu.

<sup>86</sup> Nunca foi segredo que a FRELIMO condenava o regime minoritário da Rodésia, mas uma coisa são princípios defendidos por um movimento de libertação, em acção nas matas e ou na clandestinidade, outra é a actuação de um país independente e soberano, com uma obrigatória postura de Estado relativamente a qualquer outro, seja este reconhecido ou não. Este é um exemplo clássico do caso da óSemente e o Semeadorö.



### 2.2.3. Portugal:

Pelo seu legado colonial, Portugal seria o destino natural dos grupos/facções e até de indivíduos que de certa forma eram opostos ao novo poder em Moçambique, para Vines (1991:32) estes dividiam-se em dois grupos, a saber:

O *primeiro*: composto por clubes e instituições afins, tais como: ANERM (Associação de naturais e Ex-residentes de Moçambique), AEMO (Associação de Empresários de Moçambique), FRAUL (Fraternidade Ultramarina e o MIRN (Movimento Independente de Reconstrução Nacional). Estes grupos/facções eram dominados por portugueses de origem asiática<sup>87</sup>, totalmente independentes do MNR, e sem qualquer simpatia especial por qualquer opositor ao poder em Moçambique. A sua actividade principal era actuar como fonte de suporte ocasional e publicidade para o movimento<sup>88</sup>.

O *segundo*: composto por organizações de cariz marcadamente político como: FUMO<sup>89</sup>, MONAMO<sup>90</sup> e FRESAMO<sup>91</sup>. Apesar destas diferenças a escolha de Portugal deve se ao facto de tanto as associações como os partidos terem quorum para as suas demandas, bem como pela existência de algumas afinidades com grupos na sociedade portuguesa que não concordavam com a ideia da independência total das colónias.

Assim, a existirem, os interesses portugueses se circunscrevem nos do conjunto dos seus cidadãos que foram expropriados no contexto das nacionalizações ocorridas em Moçambique e dos que

---

<sup>87</sup> Provavelmente goeses, indianos e chineses. Vines, também provavelmente, assim se refere por causa de Evo Fernandes, *caneco*, isto é, de origem goesa. VINES, 1991:32-39.

<sup>88</sup> Seus encontros eram dominados pela nostalgia de glórias passadas nos tempos da colonização e uma esperança de retorno. Num período mais recente agiam como grupos de pressão política cuja bandeira é a ãcompensaçãoõ pelas perdas resultantes da independência. depois das rondas de Nairobi os grupos convergiram numa espécie de õMovimento para a Paz e Democracia em Moçambiqueõ, liderado por António Rebello de Souza, parlamentar e filho de Baltazar Rebello de Souza e segundo algumas fontes próximo de Manuel Bulhosa, último ministro do Ultramar do governo de Caetano, o grupo atraiu membros da comunidade õretornadoõ como o Dr. Suleimane Valy Mahomed, director do Centro de Estudos Islâmicos de Lisboa, o objectivo central do movimento é o reconhecimento dos direitos dos retornados em qualquer negociação sobre Moçambique pós ó socialismo e especialmente a existência de alguma forma de compensação, para o efeito Souza visitou Dhlakama no interior de Moçambique. Vide VINES, A. 1991. pp: 32/33

<sup>89</sup> Frente Unida de Moçambique, do advogado e latifundiário Domingos Arouca. Segundo Vines a FUMO era o mais importante, provavelmente pela relativa proeminência no período colonial na oposição ao regime.

<sup>90</sup> Movimento Nacionalista de Moçambique, do advogado Máximo Dias

<sup>91</sup> Frente de Salvação de Moçambique.

deixaram ou foram expulsos depois da independência<sup>92</sup>. Mesmo assim, a acção portuguesa em todo o processo foi circunstancial, sem assumir uma importância determinante, tal como a rodesiana, pois nenhuma posição oficial (à semelhança da Rodésia) foi tomada durante todo o processo. Lisboa servia mais como base de divulgação dos princípios dos diferentes grupos lá congregados, e residência da ala política do MNR<sup>93</sup>.

Pela incapacidade de Portugal assumir o controle das acções contra o governo moçambicano, quer pela posição geográfica, e mesma pela incapacidade institucional, Lisboa servia como uma espécie de retaguarda “limpa” de onde o MNR (e não só) difundia (m) a sua propaganda política. Para o caso do MNR fazê-lo a partir da Rodésia<sup>94</sup> (mais tarde da África do Sul) era um suicídio político, pois era admitir a “ajuda” daqueles dois regimes de minoria, e reforçar a tese governamental de desestabilização. Neste contexto Lisboa actuava como uma praça de “branqueamento” das actividades do movimento.

#### 2.2.4. A África do Sul:

Numa primeira fase a África do Sul mantém-se distante da situação, assume o prudente e estratégico papel de interveniente indirecto, seguindo uma política de *Détente* em relação aos acontecimentos da região<sup>95</sup>, o que se pode justificar pelos factores seguintes:

<sup>92</sup> Champalimaud, Jorge Jardim e Bullhosa seriam os grandes interessados, outros seriam os pequenos e médios proprietários da Beira, Manica e Lourenço Marques que se refugiaram na Rodésia do Sul e África do Sul.

<sup>93</sup> A título de exemplo o Sr. Evo Fernandes, primeiro secretário geral do movimento vivia em Lisboa.

<sup>94</sup> Apesar das emissões da chamada *oVoz da África Livre*, mas neste caso era muito fácil dizer, e o faziam, que as transmissões eram feitas de alguma zona no interior de Moçambique, quando na verdade eram feitas de fora. O nome deriva da rádio da CIA *oRádio Europa Livre*, cujas emissões eram destinadas aos países para além da Cortina de Ferro. As autoridades moçambicanas apelidavam-na de *oRádio Quizumbaõ* (Hiena), o termo é um dos sinais que indica claramente que as autoridades não lhe reconheciam, nem à rádio nem aos seus supostos mentores, qualquer legitimidade. De facto esta rádio foi posta no ar pelos rodesianos como resposta à estação pró nacionalista *oVoz do Zimbabwe* (*The Voice of Zimbabwe*) emitida a partir de Maputo. A *oVoz da África Livre* iniciou as suas emissões a 5 de Julho de 1976, com programas de cinco minutos diários para o país, que cedo se estenderam para emissões de quatro horas, tanto em português como em línguas nacionais. As primeiras emissões eram basicamente hinos nostálgicos ao colonialismo, admiração pela Rodésia e ofensas pessoais a figuras do governo moçambicano (o que era feito numa linguagem ordinária, sem qualquer espécie de decoro). Já em 1979, os locutores eram mais sofisticados, indicavam a RENAMO como sucessora dos ideais de Mondlane, se propositado ou por lapso, o endereço da estação foi anunciado uma vez: PO Box. 444, Highlands, Salisbury. Com os acordos de Lancaster House, a emissora foi transferida, tal como o resto da RENAMO para o Transvaal Norte, a partir daí o endereço passou a ser o endereço de uma flat de Evo Fernandes em Cascais, arredores de Lisboa em Portugal. A rádio deixou de emitir entre 12 de Maio e 23 de Junho de 1983, num claro sinal da disputa na RENAMO após o assassinato de Orlando Cristina. Quando voltou ao ar o nome era diferente, *oA Voz da Renamo* que funcionou até ser pouco antes de Nkomati. (1984). Vide VINES, A. 1991. p: 143., Revista *Tempo*, nº 562, 19 de Julho de 1981, nº 569 de 6 de Setembro de 1981, pp.10 - 12.

<sup>95</sup> Apesar disso em 1974, por ocasião dos tumultos em Lourenço Marques (7 de Setembro) P. W. Botha, então ministro da defesa, envia uma comissão militar ao posto fronteiriço de Komatiport que esperaria por uma ordem dos portugueses para entrar em Moçambique e dar alguma assistência aos portugueses. Por razões que não se conhecem, esta nunca chegou. VINES, A.1991. *RENAMO: Terrorism in Mozambique*. Centre of Southern African Studies - University of York, James Currey, Indiana University Press. p: 14.

*Económico:* dispunha de uma série de saídas marítimas, recursos próprios e de um considerável parque industrial. Resumindo, a sua prosperidade não estava ameaçada pelo processo de descolonização que acontecia além das suas fronteiras, pelo contrário grande parte dos países da região dependiam de si.

*Político:* o facto de na sua periferia existirem movimentos nacionalistas apologistas da independência que propagavam aos quatros ventos o fim do Apartheid; o projecto sul-africano de uma constelação de estados materialmente dependentes de si e submetidos à sua vontade política, apesar de comprometido, ficava adiado para uma fase posterior, quando os países recém independentes passassem das palavras à acção.

O papel da África do Sul pode se entender em dois prismas: o da *Bipolarização* e o da *Desestabilização*<sup>96</sup>, que acontecem em momentos diferentes. Segundo Abrahamsson & Nilsson<sup>97</sup> num contexto regional em que o conflito entre a África do Sul e Moçambique e Angola se situa num contexto mais amplo da confrontação global, em que o primeiro representa o Ocidente e os dois últimos o Leste. Esta perspectiva não é contudo sintomática, na medida que o Ocidente dá o seu total apoio à África do Sul, que por causa do seu sistema segregacionista, enfrenta uma situação de quase isolamento internacional e regional cercado por todos os lados por regimes de maioria negra, o que se pode considerar um ambiente que embora não seja abertamente hostil, não lhe é favorável. Já com relação a Angola e Moçambique, o primeiro podia representar interesses claros e precisos do Leste, enquanto que em relação a Moçambique, apesar dos esforços do regime em tentar prová-lo, persistem dúvidas quanto a um alinhamento efectivo.

---

<sup>96</sup> Na perspectiva de Deon Geldenhuys, académico sul-africano, considerado teórico da Política/Estratégia de Desestabilização sul-africana. Abrahamsson & Nilsson, ob. cit. pp. 102-103.

<sup>97</sup> ob. cit. pp. 102-103.

Mais ainda, e de acordo com Abrahamsson & Nilsson<sup>98</sup>, não foi somente a posição política externa de Moçambique, baseada numa análise de que só uma África do Sul de maioria negra podia proporcionar uma atmosfera de estabilidade a longo prazo e condições para um desenvolvimento pacífico, que provocou os sul-africanos. A estratégia de desenvolvimento de Moçambique e sua expressão ideológica, pela aposta na modernização e no alargamento dos sectores sociais (ensino e saúde), poderia ser fonte de inspiração para a maioria negra sul-africana. A transformação da Frelimo num partido de vanguarda marxista foi também considerada como uma ameaça ideológica. Assim Pretória encontrou uma explicação legítima para a sua desestabilização, junto dos seus cidadãos, lembrando constantemente este facto e a presença da URSS no país.

#### **2.2.4.1. Desestabilização?**

De acordo com o contexto apresentado no parágrafo anterior, pode-se entender que a perspectiva sul-africana no conflito moçambicano se circunscreve na política de que “a melhor defesa é o ataque”. Ou seja, como método, a política de desestabilização sul-africana era: uma forma de defesa do próprio regime; uma pressão política para obrigar a mudanças no comportamento do governo alvo da desestabilização, sem ter necessariamente que derrubá-lo<sup>99</sup>.

Com a pressão política procura criar um ambiente ou espaço de manobra favorável à continuação de sua política segregacionista. Ao mesmo tempo que no contexto regional exercia pressões. Criando condições para que esta desestabilização pudesse ser usada como moeda de troca em caso de negociações, como foi mais tarde no Acordo de N’komati. Não só, mas também, em termos estratégicos criar uma série de estados-tampão onde existissem conflitos (Moçambique e Angola), para os quais a atenção internacional se centraria, deixando a situação do Apartheid para um segundo plano.

---

<sup>98</sup> ob. cit. pp. 91.

<sup>99</sup> ABRAHAMSSON & NILSSON. ob. cit. pp.: 158-159.

Contudo na esfera económica, e com o evoluir da situação na região, a África do Sul assume uma atitude mais presente no conflito, atingindo o claro objectivo de desestabilização económica (e não só) via *manu militari*, conforme expresso por Nhabinde<sup>100</sup>.

De acordo com Nilsson<sup>101</sup> o que os rodesianos criaram e baptizaram como sua pseudo-guerrilha, passou a ser tarefa da máquina de guerra sul-africana, refinar e desenvolver este instrumento de desestabilização herdado da Rodésia com a independência do Zimbabwe em 1980. Os esforços para transformar o MNR, desenvolvidos por pessoal militar sul-africano altamente capacitado, tomaram duas direcções:

- *Primeira*: introduziram um comportamento mais rude e bárbaro com o intuito de se aproveitarem do terrorismo rural como uma forma de instrumento político;
- *Segunda*: deram mais ênfase à criação de uma credibilidade internacional política ao MNR apresentado-a como alternativa à FRELIMO.

Para todos os efeitos, a acção da África do Sul no processo é posterior. Isto é, quando ela assume o controle da força, após a independência do Zimbabwe, a guerra já está instalada em Moçambique. A participação sul-africana de certa forma é crucial para entender a extensão da guerra para o sul de Moçambique e outras fases posteriores, não para o entendimento das suas origens.

---

<sup>100</sup> NHABINDE, Simeão A. 1997. *Desestabilização e Guerra Económica no Sistema Ferro-portuário: 1980–1992*. dissertação apresentada para obtenção do grau de licenciatura. UEM ó Faculdade de Letras.

<sup>101</sup> NILSSON. A. ob. cit. p: 5.

### 2.3. Situação Social.

Assegurada a tomada do poder, a FRELIMO empenha-se na *Construção do Homem Novo*. Procurando materializar os objectivos da sua luta e por em prática o seu ideal de sociedade mais justa e igualitária. Todavia, nesta nova fase da revolução moçambicana, passou por cima de muitos elementos: sociais, culturais e económicos<sup>102</sup>. Quer dizer que nesta fase muitos aspectos que faziam parte da história, tradição de diferentes estratos sociais, que existiam naturalmente na sociedade moçambicana, foram colocados à margem do processo<sup>103</sup>. Mais ainda, introduziu novos elementos de discriminação.

Ao invés de diminuir, a discriminação foi-se acentuando a pouco e pouco. Os dirigentes<sup>104</sup> passaram a ter lojas próprias, locais de lazer próprios e reservados, os seus filhos passaram a frequentar escolas próprias. Esta medida não deixava de ser um paradoxo, num país com uma enorme taxa de analfabetos (85% da população em 1975) escolas inteiras para poucos alunos<sup>105</sup>. Estas actuações fazem pensar que, numa sociedade que se pretendia igualitária, alguns eram mais iguais que outros. Aliás, para a maioria da população os benefícios da revolução não eram visíveis. Situação que se agravou a partir de finais de 1976 e inícios de 1977<sup>106</sup> com a crise no abastecimento de produtos de primeira necessidade, havia falta de tudo. Ao mesmo tempo que as lojas dos dirigentes e dos especialistas do Leste não faltava nada.

As chamadas *Organizações Democráticas de Massas*, as novas formas de organização, juvenis, de mulheres, crianças e trabalhadores, criadas no contexto da formação do Homem Novo, debaixo do iniciativa criadora e libertadora do partido, eram instituições cujo objectivo era introduzir na sociedade o espírito revolucionário. Em suma eram organizações que debaixo da orientação partidária pretendiam espalhar as directrizes do partido e estado em todos os sectores da sociedade.

---

<sup>102</sup> GEFFRAY. C. ob. cit.

<sup>103</sup> Régulos, cipaios e outros elementos da nobreza rural, assimilados, a pequena burguesia nas cidades e vilas.

<sup>104</sup> Na verdade esta passou a ser uma nova classe social. Tinha várias designações: *estrutura*, chefe (de cariz militar), *dirigente* era a designação mais geral. Ironicamente estendeu-se a outras níveis, por exemplo os familiares dos dirigentes eram designados família de estrutura, mulher de estrutura, filho de estrutura, cunhada de estrutura assim por diante. Vide *apêndices: Clivagens. 3.2. Sociais*.

<sup>105</sup> As Escolas da Frelimo, que acabaram por ser escolas para os filhos dos dirigentes.

<sup>106</sup> Início de um longo período de estiagem e seca que provocou fome em muitos países da África Austral.

No geral, não tinham, a noção da diferença, bem como da livre escolha: em muitos casos a adesão era forçada. Não só, os seus líderes não eram escolhidos de entre os membros, mas indicados pela superestrutura para liderar as massas.

O’Laughlin<sup>107</sup> é clara quando diz: “*as organizações de massas em Moçambique foram criadas pela Frelimo. Emergindo do colonialismo e do fascismo, é difícil imaginar outra força política ou social que tê-las criado. O problema que então surgiu é o mesmo que outras revoluções socialistas enfrentaram: deverão estas organizações ser autónomas em relação ao partido*”

*Moçambique não teve nunca uma associação de camponeses. Pensou-se que o grosso dos camponeses se filiaria rapidamente nas cooperativas e assim se organizariam em uniões de cooperativas. O controle rigoroso exercido pela Frelimo sobre os sindicatos e organizações das mulheres e da juventude parece indicar, porém, que mesmo que se tivesse criado uma organização dos camponeses, não teria sido autorizada a operar como um fórum político independente. A Frelimo nunca permitiu que formas institucionais democráticas visando chegar às largas massas de camponeses, se desenvolvessem fora do partido.”*

A posição de O’Laughlin demonstra claramente a natureza das relações entre o partido/Estado e as diversas camadas da sociedade moçambicana.

“*O Povo exerce o seu poder através das Assembleias do Povo e das organizações democráticas de massas, em particular os Conselhos de Produção, que velam pelos seus direitos na empresa*”<sup>108</sup>. Que direitos se não existe patronato? Se não existe uma classe antagónica? Estará o operário a defender-se de si mesmo?

Os Grupos Dinamizadores, comissões *ad hoc*<sup>109</sup>, segundo Hanlon<sup>110</sup>, criadas no contexto da crise antes e depois da independência (finais de 1974); caracterizada pela saída de técnicos, sabotagem económica, motins etc., à partida com dois objectivos claramente definidos:

<sup>107</sup> O’LAUGHLIN, Bridgith. 1991. *A Base Social da Guerra em Moçambique*, In Estudos Moçambicanos.

<sup>108</sup> *Tempo*. N.º 633. 28.11.82. p.:17.

*Político:* Nos subúrbios (bem como na cidade de cimento) evitar novos motins contra os brancos, no geral evitar a ocorrência de qualquer acto desordeiro contra quem quer que fosse;

*Económico:* fábricas e outros sectores produtivos: evitar a sabotagem económica, associada à retirada dos antigos proprietários, e de certa forma garantir a continuidade da produção.

Os objectivos da sua criação foram conseguidos com mérito, após os motins de Setembro e Outubro de 1974. Todavia o desenvolvimento dos acontecimentos retira a estas instituições o seu papel defensivo da fase inicial, paulatinamente vão assumindo outras actividades de foro económico, social e sobretudo político, podendo dividir-se a sua importância e intervenção no processo da seguinte maneira:

- *Económico:* assumem a direcção do processo produtivo nas unidades económicas abandonadas (quintas, fábricas, restaurantes, clubes desportivos, hospitais);
- *Social:* nos bairros serviam de tribunais, polícias e assistentes sociais, nas zonas rurais substituíram os elementos locais da autoridade colonial<sup>111</sup>;
- *Político:* paulatinamente, a nível da base, passaram a ser agentes do novo poder, divulgando as linhas mestras da política da FRELIMO nas reuniões realizadas com cada uma frequência crescente nos locais onde estavam implantados, isto apesar de a maior parte dos seus membros não ter tido nenhum contacto com a FRELIMO antes da independência.

Em certa medida, e de acordo com Hanlon<sup>112</sup> foram os Grupos Dinamizadores que apresentaram, literalmente, a FRELIMO ao país e introduziram a “Democracia Popular”, mais importante ainda é que foi graças a eles que o país seguiu um curso mais ou menos normal.

---

<sup>109</sup> Como diz o nome, eram comissões criadas para lidar com uma situação de crise do momento. Mais tarde a Frelimo aproveita esta unidade para transformá-las em células políticas. No início é bem notória a separação entre a célula do Partido e o grupo dinamizador que são instituições diferentes. Os primeiros Grupos Dinamizadores não eram constituídos por elementos do partido, mas por elementos da população que se juntavam para patrulhar o bairro, organizar as bichas para o machimbombo, na padaria. Pode-se até dizer que resulta de um movimento espontâneo popular. Não são criação partidária.

<sup>110</sup> HANLON, Joseph. 1984. *MOZAMBIQUE: The Revolution Under Fire*, London. Zed. pp. 49-51

<sup>111</sup> Régulos, Fumos e Nyakwawas.



Apesar deste feito, louvável em muitos aspectos, foram cometidos muitos excessos por estas instituições. Alguns resultavam do mau entendimento das directivas, outros de acções deliberadas, outros por outros razões<sup>113</sup>.

Os excessos e abusos cometidos revelaram-se em alguns casos graves e lesivos à pessoas e instituições<sup>114</sup> que prejudicaram ou desvirtuaram o sentido da independência recém conquistada. Os mais notórios foram os cometidos nas acções da chamada “Justiça Popular”, onde perante uma assembleia as pessoas eram julgadas a título sumário e quase sempre resultavam na condenação do réu.

A incompatibilidade das medidas adoptadas pelo novo regime, tal como a adopção, na II Sessão do Comité Central da Frelimo do slogan: “Fazer do País Inteiro Uma Zona Libertada”<sup>115</sup>. O que significava a implementação de um conjunto de medidas provavelmente compatíveis com uma situação de guerra num ambiente rural, mas incompatíveis com uma situação de liberdade e num ambiente citadino, não rural isto é, incompatíveis com a nova situação, de Estado soberano, livre e independente.

*“Por exemplo, a dada altura a Frelimo, em parte devido à influência tanzaniana, extrapola uma mini experiência, incompleta, localizada e de uma situação de guerra, como um modelo de organização rural a aplicar em todo o país, numa situação completamente diferente, sem a dinâmica que a situação da guerra havia imposto*

*Na verdade, o conceito de Aldeia Comunal não passou de uma criação tecnocrática, burocrática, e idealista, que não tinha correspondência na base social existente, salvos alguns casos da passagem dos anteriores aldeamentos a aldeias*

---

<sup>112</sup> Ob. Cit. p: 49.

<sup>113</sup> A inveja por exemplo, contava a ajustar com famílias que no tempo colonial estiveram bem. Um colega que no tempo colonial fora capataz ou ocupara algum caso importante. A existência de quezílias deste tipo desvirtuava o sentido da instituição e prejudicava o seu funcionamento geral. Entrevista com o padre José Luzia, Rádio Encontro, Nampula, Abril de 2002.

<sup>114</sup> A “Operação Produção”: um dos casos extremos da política governamental, apesar do objectivo da operação, eliminar a criminalidade, ociosidade nas grandes cidades, deu a impressão de que as pessoas não podiam estar onde muito bem o entendessem.

<sup>115</sup> Idêntica medida foi tomada pelos Khmer Vermelhos. Vide apêndice: **Social: Zonas Libertadas**.

*comunais que a população rejeitou, preferindo construir as aldeias ao invés de transformar os antigos aldeamentos em novas aldeias comunais*<sup>116</sup>

Concluindo, não apenas pelos desvios protagonizados pelos representantes do novo poder e por sinal pela máquina estatal em si, verifica-se a nível social, mais claramente, um tratamento diferenciado, em que de uma forma sub-reptícia, e mais tarde aberta e assumida dá-se uma substituição da anterior classe dominante pela nova classe dominante, iniciando assi um processo de separação clara de águas, como Cahen (1987: 73/4; 140/146) descreve:

*Outro dos erros da política económica e social, é que a estrutura do poder concebida, por si só tendeu a isolar a Frelimo e o Estado da população. O Poder Popular não era mais que uma ficção, pois este não era mais que uma representação pelo partido das aspirações das massas, à reduzida excepção de associações patronais e de pequenos produtores, nenhuma outra organização era independente do partido*<sup>117</sup>.

Assim, por esta arrumação, os interesses do Estado estavam reféns dos interesses do partido, que por sua vez, não eram necessariamente os interesses da maioria, apesar da sua “representatividade”: A Frelimo é o Povo, o Povo é a Frelimo. Em algum momento a eficácia na gestão dos assuntos político-partidários não se manifestava na gestão dos assuntos económicos ou sociais, e dada esta promiscuidade de interesses regra geral prevaleciam os interesses partidários.

### **2.3.1. O Estado e a Igreja.**

*“As Igrejas e as Missões Protestantes em Moçambique estimularam a criação de condições básicas para o desenvolvimento de uma consciência política. Discriminadas pelo Estado colonial, elas criaram um espaço para uma reflexão e crítica ao próprio colonialismo. São de destacar neste processo: a ideologia por elas transmitida; a sua preocupação em dar uma educação evangélica e formal a diversos níveis: a formação de líderes para a direcção*

---

<sup>116</sup> Cahen, 1987:50-51.

<sup>117</sup> CAHEN. M. Ob. Cit. pp.: 73/4; 140/146.

*evangelica e para o processo de africanização das Igrejas. Os seus métodos de ensino, permitiram uma formação ampla, do ponto de vista cultural e profissional, com um conhecimento de organização e liderança.”<sup>118</sup>*

No contexto referido acima, a Igreja Católica gozava de uma posição privilegiada no regime colonial, por ser religião oficial do Estado Colonial, e sobretudo por se adequar perfeitamente aos interesses do regime colonial. Esta posição reflecte-se também na forma como o Estado Colonial age nas suas possessões além-mar.

*“A ideologia e as práticas da Igreja Católica nas colónias portuguesas contribuíram para manter ou reforçar os objectivos do poder colonial. A “domesticação” da população indígena, onde uma assimilação controlada permite manter um certo domínio político da situação, ou os mecanismos de controle do acesso a certos níveis educacionais, encaixam perfeitamente no papel que cabe à Igreja Católica, onde o Cristianismo é um meio de controle para a administração colonial”.*<sup>119</sup>

Ainda segundo Cruz e Silva (1992:27) numa conjuntura colonial, ou de opressão, quando uma Igreja suporta oficialmente o poder dominante, como a Igreja Católica fez em Moçambique na colonização, há uma tendência *separatista* que contribui para o desenvolvimento de uma consciência política. Esta tendência não acontece apenas nas Igrejas marginais, mas pode ocorrer dentro da própria Igreja oficial, aliás como aconteceu muitas vezes:

*“Na relação que se estabelece entre o campo político e o campo religioso, os actores religiosos nem sempre assumem os papéis oficialmente desempenhados pela instituição-mãe; há certos membros ou congregações religiosas que se recusam a fazer o jogo do poder, pondo em causa os seus objectivos.”<sup>120</sup>*

<sup>118</sup> CRUZ e SILVA. T. 1992. *Igrejas Protestantes no Sul de Moçambique e Nacionalismo: O Caso da “Missão Suíça” (1940-1974)*. Maputo. Estudos Moçambicanos. UEM. p.:21.

<sup>119</sup> Idem.

<sup>120</sup> CRUZ e SILVA. 1992. p.: 26.

Este facto caracterizou também as relações entre a igreja e Estado colonial, bem como a Igreja oficial e os nacionalistas, neste caso a Frelimo, no período que se seguiu ao início da luta armada, e ao recrudescimento da repressão colonial, massacres a civis indefesos, prisões indiscriminadas. Algumas congregações e membros individuais agiram de forma a denunciar<sup>121</sup> os excessos do regime, bem como ajudando aqueles que pretendiam libertar o país de semelhante opressão. De acordo com o padre José Luzia, a participação da Igreja Católica, ou seja o cometimento de alguns dos seus membros no processo de libertação, deve-se a dois aspectos essenciais: Entrosamento com as questões do país; Identificação com o ideário anunciado pela Frelimo. Todavia, conquistada a independência as relações tomaram outro rumo, efectivamente:

*“Durante os primeiros anos da revolução a religião era geralmente considerada como inerentemente reaccionária. A nacionalização da saúde e da educação resultou na tomada de muitas instalações religiosas pelo governo, mas mesquitas e igrejas foram também encerradas e por vezes vandalizadas. Os curandeiros e o culto dos antepassados eram, igualmente desrespeitados.”<sup>122</sup>*

Depois da independência os bens das Igrejas foram nacionalizados: Lares, escolas e missões encerrados<sup>123</sup> estas atitudes não pouparam nem as Igrejas Protestantes que como se sabe tiveram um grande papel na consciencialização dos moçambicanos e afirmação do nacionalismo em Moçambique.

A acção exercida sobre a Igreja no geral não obedeceu a nenhuns critérios selectivos, isto é, eram todas tratadas de forma igual, mesmo os que ajudaram a Frelimo durante a luta de libertação. Muitos padres foram expulsos entre eles D. Manuel Vieira Pinto e seu sobrinho P<sup>e</sup> José Luzia, nas

---

<sup>121</sup> São exemplo disso a denúncia pelos padres católicos (*Padres de Burgos*: dos quais faziam parte o Padre Vicente Berenguere, Jesus Camba, Júlio Mouro, Miguel Buendía) do massacre de Wyriamu, pelo P<sup>e</sup> Adrian Hastings, a retirada dos Padres Brancos em 1971, por defenderem o direito dos moçambicanos de serem livres e denunciarem o pacto da Igreja Católica com o governo português, a expulsão de D. Manuel Vieira Pinto para citar alguns casos.

<sup>122</sup> O’LAUGHLIN, Bridget. 1991. *A Base Social da Guerra em Moçambique*, In Estudos Moçambicanos.

<sup>123</sup> Na Beira, entre 1976-7 (salvo erro) o governador Fernando Matavele quis transformar a paróquia do Macúti num paiol das FPLM. O colégio Católico feminino Nossa Senhora dos Anjos foi transformado em Escola Militar, actualmente funciona a Universidade Católica de Moçambique ó UCM, nas instalações anexas ao Arcebispado passou a funcionar uma escola, a Escola Primária 17 de Novembro passou a funcionar para citar alguns casos.

palavras deste ultimo “por denunciarem a miopia da Frelimo com relação ao sofrimento do povo e os excessos cometidos por alguns dos seus membros”<sup>124</sup>.

De acordo com o padre José Luzia, estas acções revanchistas<sup>125</sup> e cegas, explicam-se pelo dogmatismo político que possibilitou a subida de alguns elementos oportunistas e hipócritas dentro do Partido/Estado. Na economia, por exemplo, o Partido/Estado não soube fomentar o cooperativismo em liberdade, na sociedade assumiu uma política disfarçada de perseguição aos religiosos, erros que se agravaram com o regime monopartidarista imposto<sup>126</sup>.

Dom Jaime Gonçalves, Arcebispo da Beira, considera que a guerra aconteceu por causa de algumas medidas e atitudes, umas deliberadas outras não, tomadas pela Frelimo depois da independência, como por exemplo: Falta de experiência; Enquadramento forçado; Mudança de mentalidades.

O arcebispo, que fora ameaçado por duas figuras do regime, na passagem de ambas pela província de Sofala como Ministros-Residentes - pelas suas opiniões sobre o regime, esteve em prisão domiciliária muitas vezes e disse que a dada altura era preciso “fazer qualquer coisa, a situação atingia contornos impossíveis”. Assim:

*“E quando começo a trabalhar para a paz em Moçambique falo com Enrico Berlinguer, antigo secretário-geral do Partido Comunista Italiano, sobre a situação moçambicana, nomeadamente sobre os seguintes aspectos: Relacionamento com as Igrejas; Intolerância; aldeias Comunsais.*

---

<sup>124</sup> Entrevista com o padre José Luzia, Rádio Encontro, Nampula, Abril de 2002.

<sup>125</sup> Em alguns casos houve autêntica perseguição às seitas religiosas. As Testemunhas de Jeová pela sua natureza peculiar foram acusadas de serem agentes do inimigo e deportadas para Milange e Gurué. Vide apêndices: **2.3.1. O Estado e a Igreja.**

<sup>126</sup> Idem.

*A reacção de Enrico Berlinguer foi mais ou menos assim: “Isso não é comunismo, é impossível construir o comunismo ignorando a história concreta do povo”, pedi a Berlinguer para interceder, ao que ele envia o seu irmão Domingo Berlinguer a Moçambique para contactos com a Frelimo.”<sup>127</sup>*

É inegável que apesar da Igreja Católica ter sido igreja oficial do Estado colonial, desempenhou um papel primordial na fase nacionalista e de libertação, sem mencionar o importantíssimo papel das Igrejas Protestantes em ambas fases. Assim sendo, as atitudes tomadas pela Frelimo fizeram com que muitos clérigos, de ambas confissões, e alguns simpatizantes se interrogassem sobre o papel e objectivos da Frelimo com relação ao país, e assumissem uma posição céptica com relação ao seu discurso, quer económico, como político e social.

Mesmo assim Igreja não deixou de trabalhar para a sociedade moçambicana. Os primeiros sinais tendentes a aproximar os beligerantes são iniciativa da Igreja Católica. Na Beira são bastante conhecidas as viagens clandestinas que o Arcebispo da Beira fez aos bastiões da Renamo para falar de paz e reconciliação.

A atitude da Frelimo para com as Igrejas, Católica em especial, e outras no geral, provocou movimentos espontâneos de solidariedade entre os simpatizantes de algumas congregações, como foi o caso da actuação de um secretário de bairro (Grupo Dinamizador) Sr. Siquice<sup>128</sup> que disse:

*“De facto havia orientações... quando fecharam as igrejas, nós como tínhamos este centro social<sup>129</sup> espaçoso, organizávamos, fazíamos as coisas de forma a que pudéssemos rezar um bocado, por exemplo, o Partido dizia que tínhamos que nos reunir às 11 horas, eu marcava. Apesar de ser Protestante, avisava o Padre Dionísio, na Casa das Irmãs<sup>130</sup>, e marcávamos as missas para as 7:00 horas, que terminavam mais ou menos às 9:00/10:00 horas e podíamos nos reunir às 11:00 conforme o Partido havia determinado. Fazíamos isso para os católicos por que eles*

<sup>127</sup> Entrevista com Dom Jaime Gonçalves, Arcebispo, Beira, 23 de Maio de 2002.

<sup>128</sup> Hotel Moçambique, entrevista com o autor, Beira, Maio de 2002.

<sup>129</sup> Edifício construído no bairro do Macurungo, 8.º Bairro, Beira.

<sup>130</sup> Lar de freiras no mesmo bairro.

*eram muitos. Veja so, vinham de Matacuane, Macúti, alguns até do Palmeiras, todas as Igrejas estavam fechadas, eles tinham que rezar. Nós os Protestantes temos uma liturgia muito simplificada, podemos rezar em casa dos crentes, já que nos dividimos em zonas, constituídas mais ou menos por dez a quinze pessoas e respectivas famílias. Era fácil juntarmo-nos em casa de um de nós e rezarmos a missa, fazíamos isso sempre”*

O episódio mostra como as pessoas ultrapassar as restrições religiosas impostas pelo novo regime. Este espírito de entreajuda, tipo clandestino, aconteceu entre pessoas de credos diferentes. A situação de “asfixia” não era apenas sentida ou efectuada sobre a Igreja Católica, as Protestantes também passaram pelos mesmos problemas, com menos intensidade. Um pastor da Igreja Presbiteriana relata que a Igreja no geral sofreu profundamente. E pessoalmente o que lhe desapontou foram as nacionalizações. Reconhecendo também que num contexto revolucionário cabia ao Estado a gestão e administração dos direitos básicos do cidadão: educação, saúde, admitindo assim as nacionalizações. O seu desapontamento decorre da incapacidade do Estado exercer com eficácia o seu papel, agravando a situação de milhares de pessoas.<sup>131</sup>

A dada altura (não se recorda quando) a Igreja Presbiteriana constituiu uma comissão para falar com Samora Machel sobre a situação no país: nomeadamente, Liberdade Religiosa; Criticar as nacionalizações (das casas de construção precária) para além de outras questões.

*“O grande problema do novo regime era o comunismo. Havia uma grande diferença entre a independência e o novo regime, o que aplaudimos foi a independência e o que veio mais tarde foi algo contrário ao que esperávamos”<sup>132</sup>*

De uma forma geral as igrejas sofreram com o novo regime<sup>133</sup>. A sua acção foi prejudicada pelo poder. A Igreja Católica pela sua aliança com o regime colonial, todas pela ortodoxia do novo regime. Esta relação algo conflituosa com a Igreja terá diminuído o apoio que a Frelimo gozava na época da independência. Mas, dentro do sentimento eufórico de liberdade e com ajuda da retórica

<sup>131</sup> Entrevista com o pastor Félix Khossa (Tatana Khossa), Novembro de 02.

<sup>132</sup> Idem.

<sup>133</sup> Vide apêndices: 2.3.1. A Igreja e o Estado.



**PDF**  
Complete

*Your complimentary  
use period has ended.  
Thank you for using  
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to  
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

do regime não houveram manifestações abertas contra a posição do Estado. Mais tarde com a instalação do conflito este elemento vai jogar um papel muito importante na definição de alianças entre os simpatizantes da Renamo e da Frelimo.



#### 2.4. Situação Económica.

A Constituição da República Popular de Moçambique aprovada pelo Comité Central da FRELIMO a 20 de Junho de 1975, diz no seu art.º 12.º *Que o "Estado reconhece e garante a propriedade pessoal"*<sup>134</sup>, e reforça no 13.º que:

*“À propriedade privada estão ligadas obrigações. A propriedade privada não pode ser usada em detrimento dos interesses fixados na Constituição. O rendimento e a propriedade privada estão sujeitos a impostos progressivos, fixados segundo critérios de justiça social”*<sup>135</sup>.

No contexto das nacionalizações, o povo reservava-se o direito de ocupar a terra para o seu uso. Em alguns casos os indivíduos podiam manter seus bens (casas, estabelecimentos comerciais por exemplo). O processo das nacionalizações teve duas fases, a saber:

- *Primeira*: na qual a Terra e os serviços sociais são nacionalizados, mantém-se a propriedade privada sobre os meios de produção e as instituições financeiras aparentemente já não teriam o mesmo estatuto, isto é privado.
- *Segunda*: nacionalização de todos meios de produção e das propriedades, sem excepção<sup>136</sup>.

A segunda fase das nacionalizações, alteraram de certo modo o modo de vida das pessoas nas cidades. Muitos profissionais liberais perderam as suas fontes de rendimento, não apenas os médicos e advogados, como também considerável parte da força de trabalho branca, alguma mestiça e alguns negros “civilizados”. Também aqueles que haviam investido seus rendimentos, ou graças a empréstimos bancários, na construção de casas de rendimento, e não só, em algumas zonas das grandes cidades<sup>137</sup>. E os de poucos recursos investiram em casas de construção precária nos subúrbios das grandes cidades.

---

<sup>134</sup> REIS e MUIANE. 1975. *Datas e Documentos da História da FRELIMO*. Maputo. Imprensa Nacional. p: 491.

<sup>135</sup> Idem, p:491.

<sup>136</sup> HANLON, Joseph. 1984. *Mozambique: The Revolution Under Fire*, London. Zed. pp: 75:78.

<sup>137</sup> Alto-Maé, Polana, Malhangalene, Malanga, Bairro do Aeroporto em Lourenço Marques, Ponta-Gêa, Esturro, Macúti, Pioneiros, Manga, Chaimite e Aeroporto na Beira por exemplo.

De acordo com Hanlon<sup>138</sup>, o novo regime, com a medida dava claras indicações de que a dualidade que caracterizara o período antes da independência, que em muitos países africanos recém independentes se mantivera, não seria permitida em Moçambique. Mais ainda, o nível de discriminação nos sectores nacionalizados fez com que a medida tomada fosse acolhida com muito entusiasmo nas áreas não afectadas pela guerra.

No meu ponto de vista esse entusiasmo é discutível, ou ainda momentâneo, na medida que as nacionalizações foram, diga-se, mal feitas, pois nacionalizou-se tudo sem excepção<sup>139</sup>, contrariando a própria Constituição: a terra<sup>140</sup>, prédios de rendimento, banca, clínicas e escolas privadas, cantinas, incluindo até casas de construção precária (madeira e zinco), que são muito comuns nas cinturas suburbanas das grandes cidades moçambicanas, que para muitos dos seus proprietários constituía a única forma de ganhar a vida. Provavelmente ao entusiasmo referido por Hanlon seguiu-se uma onda de descontentamento na mesma proporção.

As nacionalizações foram o sinal político de que em termos económicos, o período pós-independência seria diferente, isto é, não haveria mercado livre. Neste contexto, o ensino, a saúde, transportes públicos, habitação e escritórios de advocacia foram nacionalizados. Esta medida fez com que os poucos proprietários (colonos) que ainda se encontravam em Moçambique emigrassem para outros países (África do Sul, Rodésia do Sul principalmente, Brasil, Macau em menor número), e alguns mesmo voltassem à Metrópole (retornados).

---

<sup>138</sup> HANLON, Joseph. 1984. *Mozambique: The Revolution Under Fire*, London. Zed. p: 46

<sup>139</sup> É de facto difícil definir os parâmetros do processo das nacionalizações, mas analisando as palavras de Samora Machel no seu discurso na Beira (15 de Junho de 1975, p: 34, linhas 576/581) pode-se entender alguma parte: *“Alguns já estão a organizar-se para a compra colectiva de tractores. Já exploraram a zona que vão produzir. Não é assim? Não há produção individual em Moçambique. produção colectiva, para colectivamente matarmos a fome, matarmos a miséria no nosso país. Ouviram? (Ouviram?) Ouviram? (Ouviram?). Porque esses individualistas são, ao mesmo tempo, instrumentos do imperialismo, não são eles Onde vão encontrar dinheiro? Vocês são todos pobres aqui.”* A iniciativa criadora tinha que vir necessariamente vir do partido, outras iniciativas empreendedoras não eram bem aceites.

<sup>140</sup> a terra foi nacionalizada a 25 de Junho, as propriedades de rendimento a 3 de Fevereiro de 1976, no mesmo dia que Lourenço Marques é rebaptizada Maputo.

A reacção a independência foi diversa. Em alguns sectores económicos aconteceram actos de sabotagem, os proprietários sabotavam as máquinas antes de partirem para fora de Moçambique. Nesses casos justificava-se a intervenção do Estado, chame-se nacionalização ou outra coisa. Mas nos casos em que as pessoas ficavam a medida era contraproducente<sup>141</sup>.

A retirada de grande parte de portugueses, de alguns nacionais, provocou um caos na economia. Porque num período de tempo relativamente curto o país viu-se privado de considerável parte da sua força de trabalho, pessoal técnico qualificado, auxiliares, e indivíduos de outras categorias que se retirava. Em muitos casos os antigos proprietários destruíam os seus pertences (máquinas, gado, quintas).

Pode-se dizer que as nacionalizações foram o primeiro passo para a enorme crise que se instalaria em Moçambique após a independência. A substituição da forma de produção, não iria ocorrer em dois tempos, nem conforme os desejos do novo regime. Mais do isso, as medidas adoptadas para sanar a situação económica resultaram na maior parte dos casos em fracassos estrondosos.

As consequências das nacionalizações podem ser encontradas em diferentes níveis:

- a *nível social*, como resultado da paragem brusca, em alguns casos definitiva de sectores vitais da economia, o número de desempregados sobe drasticamente, contrariamente ao que se esperava. Os supostos beneficiários da medida foram os mais prejudicados, ficaram sem trabalho e provento, porque os antigos proprietários não saíam de mãos vazias, retirando tudo o que havia de valor;
- a *nível político*: puseram à prova a eficácia política do novo regime e da autenticidade das medidas tomadas por este. Embora não fosse de forma aberta parte considerável de moçambicanos começava a questionar os métodos e eficácia do novo poder;

---

<sup>141</sup> Em nome das nacionalizações foram nacionalizados talhos, agências funerárias, floristas, tabacarias, cutelarias, sapatarias ao mesmo tempo que fábricas, portos e caminhos de ferro, escolas e hospitais. Instituições com peso económico diferente, mas que requeriam uma gestão que o novo regime não podia e nem conseguiu oferecer.

- *a nível económico*: resultou numa crise sem precedentes que seria agravada pelas crises climáticas (cheias e seca) dos anos seguintes (1976-78).

A título de exemplo as *Lojas do Povo*, estabelecimentos criados para resolver a crítica situação da rede comercial, em consequência do rompimento do ciclo de abastecimento das grandes cidades e principais vilas e colmatar a crise do sistema comercial retalhista, foi um fracasso que acentuou a fome nas grandes cidades. Os novos gestores, na maior parte dos casos antigos trabalhadores, contínuos, amanuenses, serventes, guardas, assumiram posições chave nas novas instituições. E na nova condição, a arrogância e sobretudo a falta de experiência foram as causas do fracasso deste sistema alternativo, que falhou em todos os aspectos, quer como medida alternativa, forma de organização, estrutura e, claro está, eficácia.

Para todos os efeitos, os elementos convergem, numa situação conjuntural como a descrita nos pontos anteriores. Não se exclui a importância dos elementos já apresentados. Os quadros que a seguir se apresentam ilustram à sua maneira a evolução da situação económica.

**Quadro I.**  
Estimativa dos Prejuízos Directos e da Redução de Receitas desde 1975

Discriminação das Acções		MTs	U\$D
		milhões	milhões
1.	Efeitos da economia colonial devastada pela guerra, distorcida fortemente dependente e em recessão.	<i>n.d</i>	-----
2.	Sabotagem económica e abandona de empresas, equipamento e viaturas Dos colonos que abandonaram o país.	<i>n.d</i>	-----
3.	Sanções e agressões da Rodésia do Sul, desde Março de 1976 e Fevereiro De 1980.	16.479	556
4.	Prejuízos de inundações do rio Limpopo e N'komáti em 1977.	1.099	34
5.	Prejuízos de inundações do rio Zambeze em 1978.	2.095	64
6.	Efeitos da guerra não declarada do regime do Apartheid	131.986	3.796
6.1	Diminuição do tráfego ferro-portuário de 1975 a 1983.	8.460	248
6.2	Não cumprimento integral pela RSA dos acordos sobre trabalhadores mineiros a partir de Abril de 1978	91.289	2.647
6.3	Redução do número oficial de mineiros moçambicanos na África do Sul a partir de 1975.	19.252	568
6.4	Agressões directas e por intermédio dos grupos armados pelo regime do Apartheid em 1982/83	12.985	333
7.	Prejuízos directos das secas no sul e centro do país em 1982 e 1983	6.200	154

8.	Efeitos da subida do preço do petróleo desde 1975	34.069	819
9.	Redução nas receitas das exportações em virtude das secas, da deterioração dos termos de troca internacional nos anos 80 a 82 e acção dos grupos Armados pelo regime sul-africano.	3.659	131
10.	<b>TOTAL</b>	<b>195.587</b>	<b>5.554</b>

Fonte: R.P.M – Comissão Nacional do Plano<sup>142</sup>.  
n.d.: não disponível.

### Quadro II

Produto Social Global por Habitante a Preços Constantes de 1980

Sectores	1975	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Agricultura*	100	110,46	108,44	104,64	79,45	78,70	77,31
Indústria	100	103,56	103,76	87,26	68,02	51,42	39,80
Construção**	100	106,76	101,63	103,24	102,65	90,02	83,81
Transportes/Comunicações	100	79,78	85,53	76,85	59,55	44,83	38,54
Comércio e outros	100	95,42	91,19	88,86	82,10	84,36	77,95
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>102,27</b>	<b>101,85</b>	<b>92,99</b>	<b>74,05</b>	<b>64,87</b>	<b>58,18</b>

\*os índices agrícolas, a par índices totais são provavelmente mais optimistas a partir de 1982, pois supõe-se que a produção de subsistência, não comercial e não monetarizada continue a crescer de 1975 a 1982.

\*\* a vantagem destes índices decorrem da consequência do trabalho a longo termo (barragens etc.), não afectados pela guerra, da multiplicação das aldeias comunais ou do fim dos avanços político militares?

Fonte: RPM/Comissão Nacional do Plano, Informação Estatística 1985. p.: 27.<sup>143</sup>

### Quadro III

Taxa de Cobertura de Importações e Exportações

1975	46,99	1979	44,74	1983	20,67
1976	49,94	1980	35,09	1984	20,67
1977	45,49	1981	35,05	1985	?
1978	31,07	1982	27,41	1986*	17,10

\*estimativas

Fonte: RPM/Comissão Nacional do Plano, Informação Estatística 1985. p.: 29.<sup>144</sup>

### Quadro III

Produção Industrial Bruta a Preços Constantes 1980

Anos	Valores (em contos)	índice
1975	28 029 909	100,00
1976	27 453 154	97,94
1977	28 385 123	101,26
1978	30 763 885	109,75
1979	29 150 653	103,99
1980	32 569 834	116,19
1981	33 633 680	119,99
1982	29 011 757	103,50
1983	23 240 937	82,91
1984	17 993 716	64,19
1985	14 346 017	51,18

Fonte: RPM/Comissão Nacional do Plano, Informação Estatística 1985. p.: 42.

<sup>142</sup> *As Razões do Acordo* In *Cadernos do Terceiro Mundo*. Abril 1984. p. 28.

<sup>143</sup> In CAHEN, ob. Cit. p.: 23.

<sup>144</sup> Idem.

#### Quadro IV

Evolução dos Transportes de Mercadorias em milhares de Toneladas

Anos	Tráfego Ferroviário	Tráfego Portuário
1975	13 390,2	14,875,4
1976	10 265,2	11 891,3
1977	9 125,7	10 649,9
1978	8 649,9	10 142,9
1979	8,879,6	10 938,6
1980	7 546,9	9 914,7
1981	7 766,7	9 035,3
1982	6 742,2	8 992,9
1983	4 366,2	6 556,0
1984	3 698,6	5 178,2
1985	2 899,5	4 537,4

Fonte: RPM/Comissão Nacional do Plano, Informação Estatística 1985. p.: 49.

#### Quadro V

Evolução Recente do Número de Mineiros Moçambicanos Recrutados pela África do Sul

Anos	Efectivos	Anos	Efectivos
1970	113 293	1978	?
1971	102 000	1979	?
1972	97 700	1980	45 824
1973	99 424	1981	41 288
1974	101 800	1982	45 491
1975	118 030	1983	39 731
1976	34 244	1984	51 510
1977	41 364	1985	61 156

Fonte: RPM/Comissão Nacional do Plano, Informação Económica, Maputo, Janeiro 1984. 76 p. multigr., p. 31. BRANCO, António PACHECO, António, Investimento Estrangeiro: O Caso da RPM, Lisboa, 1982. 65 p. multigr., p.: 59. RPM. Comissão Nacional do Plano. Informação Estatística 1985. Maputo. Maio 1986. 66 p. multigr. P.: 34.<sup>145</sup>

O recuo económico (Quadro I) advém não só da vontade ou da modificação de facto das estruturas económicas, mas também da crise económica: recuo brutal das exportações, e consequente das importações (Quadro III), da política sul-africana. Diminuição do recrutamento da mão de obra mineira nacional (Quadro V), redução dos tráfegos ferro-portuários (Quadro IV), em parte devido à diminuição por parte da África do Sul do uso do complexo ferro-portuário de Maputo-Matola<sup>146</sup> e das sanções decretadas às Rodésia do Sul.

*“A falta de produtos no campo era o reflexo da estratégia de desenvolvimento da Frelimo, de concentrar o investimento nas empresas estatais com o objectivo de alcançar uma taxa de crescimento muito elevada. A guerra*

<sup>145</sup> Ibidem, p.:15

<sup>146</sup> CAHEN.M. Ob. Cit. p.: 31.



Your complimentary  
use period has ended.  
Thank you for using  
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to  
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

*exacerbou a carencia de produtos no campo mas não a iniciou. O descontentamento dos camponeses em relação ao Estado reflecte a evolução desfavorável dos termos de troca”<sup>147</sup>*

O fracasso das medidas económicas da FRELIMO, agravado pelas condições climáticas, e medidas político-económicas tomadas a nível da região colocaram a economia moçambicana num estágio nunca antes visto. A situação conjuntural (regional: Apartheid, Rodésia do Sul, nacional: cheias, seca, fome, sabotagem, gestão ineficaz) terá reforçado a teoria de que o regime era incapaz e precisava de ser substituído. Quer dizer que as péssimas condições económicas irão agravar a imagem do regime no país. A situação será aproveitada pelos seus inimigos, quer internos ou externos. Para ultrapassar as dificuldades no abastecimento surgem novos vícios a candonga, contrabando, ao que o regime responde com incremento da repressão agudizando as contradições ao atacar as consequências e não as causas.

---

<sup>147</sup> O’Laughlin. 1991, p: 138.

## Capítulo Terceiro:

### 3. As Clivagens

A FRELIMO nunca foi um partido coeso como sempre se quis fazer entender. Algumas das contradições internas são conhecidas<sup>148</sup>. Nomeadamente as mais abertas, mas o partido (e muito antes de o ser, ainda em movimento) era um aglomerado de duas correntes, socialistas revolucionários e grupos mais moderados. Para estes últimos o objectivo não era necessariamente uma revolução socialista mas apenas a independência<sup>149</sup>. Aliás durante a luta armada nem para os revolucionários a construção do socialismo era o objectivo. “*Evidentemente, a questão de construir o socialismo ou não, não se punha.*”<sup>150</sup>

As duas correntes eram conhecidas como “revolucionária” e “reaccionária”, se bem que a segunda não fosse necessariamente reaccionária. O cliché mostra claramente como os assuntos eram resolvidos no seio do movimento, onde não se admitiam correntes contrárias à linha revolucionária. O recurso frequente a clichés e classificações do género, algumas pejorativas, são indicativos de que as diferenças eram resolvidas de forma sumária, com recurso a denominações do género: “*reaccionário*”, “*contra-revolucionário*”, “*agente do inimigo*”, “*infiltrado*”. Cerceando assim o surgimento de outras ideias que contribuíssem para o melhoramento das acções/políticas a adoptar ou seguir, e afastando<sup>151</sup> os seus proponentes do seio do partido.

Todavia, segundo Abrahamsson & Nilsson (1994:32-33), as contradições no seio do movimento sempre foram mantidas num nível aceitável. Muito embora este “nível aceitável” seja algo que suscite alguma interrogação.

<sup>148</sup> As diferentes manifestações das contradições entre as duas correntes: *Revolucionária e Reaccionária* ao longo da história do movimento. Elas tiveram a expressão máxima no II Congresso do movimento quando a linha õcorrectaõ venceu.

<sup>149</sup> H. Abrahamsson & A. Nilsson. 1994. *Moçambique Em Transição: Um Estudo da História de Desenvolvimento durante o período 1974 – 1992*. CEEI ó ISRI Padrigu. p. 32/3.

<sup>150</sup> *Tempo*, N.º 633. 28.11.82. *õO Povo é Chamado A Participar: Mariano Matsinhe explica a VII Tese*”. pp.: 16-19.

<sup>151</sup> Casos de Lázaro Nkavandame, Urias Simango, indivíduos que representavam a ala reaccionária, Simango chegou a ser vice-presidente da Frelimo, antes de ser preso escreveu um documento: *Situação Conflituosa Dentro da Frelimo*.



E mais ou menos uma FRELIMO como esta que encontraremos no poder em Moçambique após o Acordo de Lusaka. Que no Período de Transição cuidava dos assuntos correntes do país. Uma das justificações da RENAMO para o conflito é a política marxista seguida pela FRELIMO. Esta justificação reforça a ideia de que no seio do movimento a chamada ala revolucionária triunfara sobre a reaccionária e não acomodara os anseios desta última. Pelo contrário ostracizara e perseguira<sup>152</sup>. Assim o conflito seria a forma escolhida por alguns para fugir ao destino imposto pela ala revolucionária. Pode-se esquematizar as clivagens nos seguintes níveis:

### 3.1. Militar:

Antes da instalação do sistema monopartidário muitos acontecimentos tiveram lugar. Por exemplo, entre 10 e 13 de Dezembro de 1975, em Lourenço Marques, houve uma reunião entre altos membros do Partido e comandantes das FPLM onde foram analisados os acontecimentos das semanas anteriores (ao que parece uma sublevação das FPLM). No encontro foram analisadas também as normas de conduta das FPLM e as medidas punitivas contra os infractores (prisão e reeducação).

Com relação a estes acontecimentos, relatados pelo jornal Notícias<sup>153</sup> (Outubro – Dezembro) há claras indicações de que os acontecimentos foram mais sérios do que se reportou (não foi permitido à imprensa o acesso ao local, teve apenas acesso ao documento final). Segundo a informação escrita e falada, alguns amotinados das FPLM, provocaram distúrbios na baixa da cidade de Lourenço Marques. As razões do motim estariam relacionadas com as fracas condições de alojamento e a reivindicação da atribuição de patentes e divisas aos soldados, apenas questões de natureza sindical, num período em que o sindicalismo ainda não havia ganho nenhuma expressão, e a forma de manifestação tenha sido o recurso a armas de fogo. Os amotinados foram expulsos, e alguns presos. A natureza das reivindicações era outra, alguns elementos das FPLM, originários do Centro e Norte

---

<sup>152</sup> Tudo indica que pelos acontecimentos que se seguiram, a ideia era eliminar a ala reaccionária.

<sup>153</sup> Notícias 15.10.1975. p:3. Elementos das FPLM fardados...

do país, consideravam-se preteridos a favor de elementos do Sul, alguns recrutados recentemente, já quase no final da guerra.

Os acontecimentos de Dezembro de 1975 culminaram com uma reunião com os Grupos Dinamizadores das empresas na Machava da qual foi escrita uma circular aos Grupos Dinamizadores assinada pelo Comissário Político Nacional, que apelava à unidade e vigilância contra algumas seitas, Testemunhas de Jeová e Igreja do Nazareno precisamente, acusadas de serem agentes do inimigo. Na mesma circular são feitas recomendações e apelos aos princípios da Revolução<sup>154</sup>.

No mesmo período, em Outubro, realiza-se na Beira um encontro entre os responsáveis militares dirigido por dois comandantes das FPLM, Omar Juma e Francisco Ndeio, onde é analisada a situação no seio das FPLM e mais tarde os elementos errados e contra - revolucionários são expulsos<sup>155</sup>. Uma vez mais a designação de errados, reaccionários depende muito do discurso oficial. Este não admite nenhuma forma de ideias contrárias, sejam estas para melhorar o seu desempenho, ou contestar algumas posições erradas.

Um pouco por força dos elementos citados anteriormente, a situação em Moçambique afigurou-se instável. Embora não fosse notório, uma parte de elementos ligados ao movimento sentem as suas expectativas goradas. A situação resume-se da seguinte forma: uma parte de elementos do movimento na capital e detendo posições de relevo no regime vivem bem, outros fora daquela passam necessidades. Isto desencadeia uma onda de roubos, açambarcamentos por parte de indivíduos ligados ao sistema (chefes de repartição, oficiais das forças armadas) que são repreendidos e julgados à luz da nova lei.

---

<sup>154</sup> *Notícias*. 21.10.75.

<sup>155</sup> comunicado publicado no *Notícias* de 26.10.75.

As nomeações para cargos governamentais foram obedecendo a outros critérios: fidelidade, camaradagem, indivíduos de fidelidade não comprovada ou mesmo duvidosa afastados<sup>156</sup>. A oposição militar<sup>157</sup> ao regime acontece porque algumas das diferenças, políticas ou de outra natureza, evoluíram para a situação militar. Ou talvez por acharem (os amotinados/insurrectos) ser aquela a única forma de mostrarem o seu descontentamento, ou por considerarem ser aquela a única via para atingirem os seus objectivos. Não me parece ser apenas uma reivindicação de natureza sindical.

### 3.2. Social:

A sociedade moçambicana não era uma sociedade coesa. Não fugia àquilo que Nkrumah caracterizou da seguinte forma:

*“No fim do período colonial, a maioria dos estados africanos estavam dotados de uma máquina administrativa bem montada, assim como duma aparente democracia parlamentar, dissimulando um Estado coercivo dirigido por uma elite burocrática toda-poderosa. Estes Estados compreendiam uma intelligentsia totalmente ligada aos valores ocidentais; um movimento operário praticamente inexistente e uma polícia cujos quadros tinham sido formados nas academias militares ocidentais, e dirigentes preparados para uma administração do tipo colonial.*

*Contudo, e felizmente, é preciso notar o aparecimento, no decorrer das lutas de libertação nacionais, de dirigentes saídos das massas e das quais tinham todo o apoio. Os seus objectivos não se limitavam apenas à libertação política, mas também e sobretudo visavam uma transformação radical da sociedade. Se estes dirigentes revolucionários se aliaram à burguesia nacional, durante as lutas para a independência nacional, separaram-se dela imediatamente a seguir à conquista da independência, firmemente decididos a lutar pelos seus ideais socialistas. A luta ainda continua.”<sup>158</sup>*

---

<sup>156</sup> Caso de Samuel Dhakama.

<sup>157</sup> Os primeiros sinais desta iniciaram três meses depois da independência, em Setembro de 1975, quando surgiu quartéis um jornal clandestino, policopiado chamado *Magaia*. Em dezembro do mesmo ano, na Machava rebentou um motim militar levado a cabo por antigos guerrilheiros, originários do Centro e Norte do país, *chin'gondos*, que se consideravam afastados do poder e preteridos a favor de elementos do Sul. CINTRA TORRES. 1983. *Moçambique Entre Dois Fogos: A URSS e a África do Sul*. In RICHARD E. BISSEL et al (Eds) *África Num Mundo Multipolar*. IEEI. Estudos Africanos. Lisboa. p.:107.

<sup>158</sup> NKUMAH. K. 1975. *A Luta de Classes Em África*. Sá da Costa Editores. Cadernos Livres. pp.: 15-16

Sucedo assim que se a transformação radical da sociedade é o objectivo primordial das elites revolucionárias, não é suposto que, dadas as características das elites coloniais (locais ou não), que assistam passivamente ao processo que transformará a sociedade na qual vivem. Desta forma, o seu papel não pode, em poucas palavras, ser pura e simplesmente apagado ou ignorado.

Assim sendo, a partir de certa altura o protagonismo que as pessoas ligadas ao novo poder vão tendo na sociedade, e as arbitrariedades<sup>159</sup> cometidas por alguns nesta categoria, vão paulatinamente contribuir para desacreditar o novo regime em muitos sectores.

O surgimento de uma nova classe, associada à nomenklatura política, constituída por membros da Frelimo ou por familiares próximos das chamadas altas figuras do partido e Estado, é um claro sinal, a todos os níveis, que a revolução não iria beneficiar a todos da mesma forma, mas sim mais a muito poucos e menos a muitos mais.

### **3.3. Política:**

Os elementos afastados da arena política, quer ex-membros da Frelimo, da chamada ala reaccionária, que conseguiram escapar com vida, ou outros, de diferentes correntes políticas, viram-se obrigados ao exílio forçado, no estrangeiro: Portugal, Rodésia do Sul, África do Sul principalmente, surgindo assim um grupo de políticos, e não só, heterogéneo, que contesta a Frelimo.

A Frelimo conseguiu de facto afastar todas as tendências políticas e assumir-se como única representante do povo moçambicano. Este afastamento resumia-se apenas a alguns líderes das formações políticas que conseguiram sair do país a tempo, como Máximo Dias e Domingos Arouca, por exemplo. Outros, como Joana Simeão, não tiveram a mesma sorte, para o exílio no

---

<sup>159</sup> são muitas arbitrariedades cometidas sobre as pessoas em diferentes níveis. Os militares, políticos, GDs, OJM etc., todos *punem severamente* como se dizia na altura.

exterior, sobretudo em Portugal, Kodesia e África do Sul, os seus simpatizantes continuaram no país, não lhes restando nada mais que uma filiação por conveniência à Frelimo. Alguns muito provavelmente atingiram cargos de relevo na nova nomenklatura política, dado que era a estratégia do “braço mais alto”<sup>160</sup>.

Outro dos acontecimentos de extrema importância no cenário político moçambicano pós - Lusaka foi a reunião do Comité Central da FRELIMO no Tofo, Inhambane (15 de Junho de 1975) na qual se decide que o presidente da República seria o presidente do Partido, e se desenha o *draft* da primeira constituição de Moçambique independente. A partir deste momento a figura de primeiro-ministro preconizada nos Acordos de Lusaka será uma figura apagada que, a pouco e pouco vai-se desvanecendo.

Fosse como fosse, esta medida tendeu a perpetuar um modelo que concentra todos os poderes numa só pessoa. Trazendo consigo o inevitável perigo do culto da personalidade, característico em regimes centralizados, como veio acontecer em Moçambique.

O insucesso de medidas como a Operação Produção, reforça a tese de muitos autores que consideram ser um dos grandes problemas da Frelimo, a ausência de uma democracia real em Moçambique. No seu lugar, uma não-democrática e oligárquica estrutura partidária domina completamente o Estado. Cahen<sup>161</sup> diz que as Assembleias do povo não passam de células do aparelho estatal que repetem os ditames democráticos do regime. Indica ainda que quando a população vota em chefes tradicionais (das elites antigas) a Frelimo veta-os, colocando no seu lugar os mais detestados, e não representativos e consensuais membros da comunidade.

---

<sup>160</sup> Este ómimetismo político, poder ter, de certa forma, provocado desvios na forma de ser e agir da Frelimo, na medida que pessoas alheias aos seus princípios e normas falam em seu nome para as massas: infiltrados.

<sup>161</sup> Ob. Cit. pp.: 75-81.

Outro autor, Meyns<sup>102</sup>, concordando com Henry Berstein<sup>163</sup>, afirma que o autoritarismo administrativo praticado pelo Estado é acompanhado de uma forma desesperada e demagógica de mobilização, como se o partido tentasse com isso restabelecer a sua legitimidade face à derrocada da sua autoridade. As Ofensivas Presidenciais de Samora Machel, eram para Cahen<sup>164</sup> aquelas ondas de populismo reformista, que morrem assim que o presidente e a sua caravana desaparecem à procura de outra vítima para mais uma denúncia demagógica.

A ausência de uma democracia real, contribuiu grandemente para que a Frelimo ignorasse completamente as realidades locais, escondendo assim o que poderia ser o primeiro sinal para mudanças de comportamento, ou resolução dos problemas<sup>165</sup>.

### 3.4. Económica.

A nível económico podemos encontrar os seguintes momentos de ruptura:

- *Primeiro*: quando por opções políticas Moçambique decide decretar as sanções contra a Rodésia do Sul, perdendo assim parte considerável dos rendimentos e tornando obsoletas um conjunto de infra estruturas (portos e caminhos de ferro);
- *Segundo*: com a política das nacionalizações e um discurso extremista e radical que afugenta parte dos colonos que havia decidido a ficar em Moçambique, destruindo assim as bases de uma economia rural, produtora: machambeiros, e distribuidora: cantineiros e retalhistas, bem como abdicando de um considerável número de pessoal liberal, professores, médicos, advogados, que se viram prejudicados com as políticas adoptadas.

Assim, em pouco tempo, as bases de uma economia colonial, que levaram anos a edificar e consolidar foram destruídas, sem nenhuma alternativa possível e eficaz para substituí-las, lançado

---

<sup>162</sup> In GERVASE CLARENCE-SMITH. 1989. *The Roots of the Mozambican Counter-Revolution*, pp.: 7/10Vd. a edição de Abril/Maio (1989) da *Southern African Review of Books*.

<sup>163</sup> Idem.

<sup>164</sup> CAHEN. 1987. p.: 143.

<sup>165</sup> Vide apêndices: 3. Clivagens.

assim medidas que agravariam a crise económica. As nacionalizações criaram um ambiente de descontentamento entre aqueles que foram perdendo suas posses, que numa primeira fase, não sendo geral, ia crescendo à medida que se avolumavam as dificuldades e o quotidiano da nova situação mostrava defeitos no novo regime e nas suas políticas e estruturas.

A ausência de uma estratégia clara e eficaz que resolvesse a crise é substituída por medidas de carácter autocrático e administrativo. Os níveis de produção são decididos em plenários do Comité Central, que nem de longe nem de perto reflectem a real situação dos meios e locais de produção. Todavia os relatórios vão sempre ao encontro do preconizado em certa sessão do Comité Central, o que significava que a nível tecnocrático tudo corria da melhor forma<sup>166</sup>. No país real a situação era bem diferente. De acordo com Meyns, citando Gerd Spittler<sup>167</sup>, a criação de uma ficção burocrática da realidade agrária, cegara o governo e tornara-o incapaz de agir.

A evolução da situação política agravou a situação económica e a dependência do país com relação à África do Sul tornou o país vulnerável a qualquer forma de manipulação: paradoxalmente, no período crítico da crise económica os produtos que abasteciam as chamadas cooperativas dos dirigentes eram provenientes da África do Sul, inimigo visceral e figadal do novo regime.

Concluindo, estes elementos mostram que de facto havia pessoas hostis à Frelimo e ao seu projecto. Algumas dos quais dissidentes da própria Frelimo, umas que abandonaram a luta de libertação para cuidarem de suas vidas no estrangeiro, outras que abandonaram o país nos primeiros anos da independência. Mas cujo denominador comum era o descontentamento e a hostilidade em relação às medidas implementadas pela Frelimo e ao curso que a situação estava a tomar. Todavia, as suas estratégias alternativas baseavam-se em soluções individuais. Dada a inexistência de uma organização política alternativa que lhes servisse. A criação de uma “ala externa” da Renamo

---

<sup>166</sup> “(...) com o decorrer dos tempos, foi-se tornando cada vez mais difícil para as pessoas reconhecerem a sua própria realidade nesta retórica oficial” ABRAHAMSSON & NILSSON. 1994. p: 46. sobre isto a nota 79 diz. “os dirigentes da Frelimo tinham tendência de falar de diferentes factos no tempo presente, como se os seus desejos quanto ao futuro já tivessem sido realizados”.

<sup>167</sup> In GERVASE CLARENCE-SMITH, ob. Cit. p.: 9



**PDF**  
Complete

*Your complimentary  
use period has ended.  
Thank you for using  
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to  
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

pareceu a algumas dessas pessoas uma via para a concretização dos seus anseios relativamente ao país<sup>168</sup>.

---

<sup>168</sup> Note-se que parte considerável dessas pessoas pouco ou nada tem a ver com a criação da Renamo em si, quer como unidade pseudo-terrorista, muito menos como movimento pseudo-guerrilheiro. Todos foram õpescadosõ (literalmente) num avançado estágio de desenvolvimento da fase pseudo-guerrilha do movimento. Em 1982, a primeira lista publicada de membros do chamado Conselho nacional da Renamo, apenas duas pessoas tinham um passado anti-colonial conhecido: Fanuel Guideon Mahluza e Artur Vilanculos, outras eram ex-colonos, ex-pides, e soldados do exército português.



#### 4. Conclusões:

Independentemente da abordagem que se fizer à história de Moçambique, é inegável que houve um conflito depois da independência, conflito que tem origens mais profundas que as que foram apresentadas durante anos. Muito embora alguns elementos apontem para isso, a sua origem não é externa. Pode ser que tenha tido apoio externo, mas a sua origem é interna.

Apesar de o discurso da origem externa do conflito, a nível académico, ser maioritariamente estrangeiro, este tem origem no seio do regime, que cria, indica e apresenta os factos conducentes àquela conclusão. Desta forma, os mentores, se é que assim se pode chamar, buscam com isso retirar as suas prováveis culpas e atirá-las aos ombros alheios. É um recurso fácil e simplista, pois desta forma se eximem de alguma responsabilidade no contexto da questão em análise, e sobretudo afastam qualquer possibilidade de algum passo mal executado. Em muitos casos, alguns apresentados, a situação era mais complexa do que a resumida em duas linhas.

Mais ainda, sob esta perspectiva abre-se a possibilidade de entender como teria sido possível, apesar da violência, excessiva, clara e aberta do MNR, que esta pudesse ter encontrado algum apoio de alguns sectores da sociedade moçambicana, e sobretudo tivesse sido possível manter uma guerra de guerrilha durante muito tempo, e o conflito ter-se lastrado para todo o país poucos anos depois do seu início. Aqui põe-se uma questão de base, de carácter estratégico e ideológico (que o novo regime parece ter esquecido): não são os camponeses para o guerrilheiro, a água onde este se movimenta? Teria havido mais água para a guerrilha da Renamo, que escasseou para a guerrilha da Frelimo?

Na opinião de Gervase Clarence Smith<sup>169</sup> a Frelimo de facto “cavou sua própria sepultura” face a um inimigo aparentemente pequeno e irrisório. A Renamo não recrutou apenas entre os pequenos reaccionários saudosistas, ou entre as linhagens tradicionais, como simplesmente se tem dito, mas também explorou, e muito bem, o desapontamento e ressentimento criados pela Frelimo um pouco

<sup>169</sup> In GERVASE CLARENCE-SMITH, p.: 5.

por todo o país através da sua política de rolo compressor. As elites coloniais que supostamente haviam sido destruídas tiveram um papel importante no conflito. Outros autores como Geffray<sup>170</sup> e Pedersen<sup>171</sup> dizem:

*“aqueles miseráveis, maltratados, são explorados pela Renamo e os que algumas vezes pegam em armas com o movimento, não são pela sua condição, inimigos do povo”.*

Cahen<sup>172</sup> recorda que a maior parte dos comandantes da Renamo, num exército estimado entre 20,000 e 25,000 homens em 1987, são ex-oficiais da Frelimo. E num *volte face* paradoxal, Samora Machel acabou por recrutar especialistas em guerra anti-guerrilha do exército colonial para assessorar as FAM/FPLM na luta contra a Renamo, os mesmos que antes haviam sido denominados de colaboradores e serventes do colonialismo.

É meu entendimento que antes de se buscarem causas externas ao conflito, deve-se primeiro buscá-las no interior de Moçambique, partindo de uma abordagem, franca, aberta e despida de formalismos políticos/ideológicos, da situação moçambicana do pós independência, sem contudo procurar explicar as diferentes atitudes da FRELIMO ou dos seus dirigentes, mas atendo-se aos factos, tal como se apresentam.

Estudando o conflito no seu todo, é inegável que este teve considerável apoio externo, em diferentes momentos. Aliás esta parece ser a fórmula natural dos movimentos guerrilheiros revolucionários ou não, mas onde teriam estes apoios estrangeiros se assentado se não estivessem criadas condições para tal? se as condições não estivessem criadas a contra-revolução não teria sucesso, não teria sido a primeira vez na história do mundo a acontecer uma contra-revolução. Note-se que elas são bem sucedidas se atenderem a dois pontos essenciais: Base de apoio e abastecimento em armas e víveres.

<sup>170</sup> GEFFRAY. Ob. Cit., também citado em GER VASE CLARENCE-SMITH, p.:9

<sup>171</sup> In GER VASE CLARENCE-SMITH, p.: 9.

<sup>172</sup> Ob. Cit. p.:

Se nos ativermos apenas às causas externas, venham de Salisbúria ou Pretória, qual será, neste contexto, o papel das desastrosas medidas políticas, económicas e sociais tomadas pela Frelimo? Não existiria entre os moçambicanos indivíduos capazes de identificar/reconhecer que algo estava errado? Era preciso que do estrangeiro vissem que o sistema de abastecimento de produtos de primeira necessidade era ineficiente?

Em algum momento da revolução, quer para os seus participantes directos (guerrilheiros, simpatizantes do movimento), quer para elementos externos àquele (o povo no geral), os ideais da revolução foram desvirtuados, o que era suposto fazer não foi feito, o que era suposto melhorar não foi melhorado, acima de tudo a paz esperada não veio, e com isso a prosperidade foi adiada.

Neste contexto, dentro e fora do movimento/partido surgem contestatários, não de viva voz, pelos perigos que isso acarreta, mas de forma surda e camuflada que não descuram a possibilidade de por outras vias incluindo a militar resolver a situação, ou pelo menos afastar os que para si não servem.

A diferentes níveis a arrogância, inexperiência, o autoritarismo que caracterizavam o novo regime foram a causa de muito dos males que assolaram o país. A autocrítica mostrada em momentos diferentes, não era mais do que sinais de falsa modéstia, pois esta não era seguida de medidas claras de mudança de política, mas pelo reforço das medidas criticadas. Esta atitude permitiu o desenvolvimento de uma classe de incompetentes, que se foi estendendo a todos os níveis da estrutura do regime.

A continuação de um modelo adoptado durante a luta de libertação, *Fazer do País Inteiro Uma Zona Libertada*, não se revelou adequada às novas características quer do movimento quer do próprio país. Era pretensão demasiada assumir que todos os moçambicanos estavam a favor da Frelimo. Nas zonas libertadas as pessoas eram simpatizantes da Frelimo, estavam com ela de uma forma ou de outra. No país inteiro, suas vilas, cidades, nem todos estavam a favor da Frelimo.



**PDF Complete**

*Your complimentary use period has ended.  
Thank you for using PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

É inegável também que a Renamo aproveitou-se dos erros<sup>173</sup> da Frelimo para estender a sua acção/ideologia entre as pessoas. De notar que na primeira fase da guerra, a Renamo desencadeou uma “estratégia limpa”, comparativamente a “estratégia do terror”, na qual nas vilas e aldeias que atacava apenas matava os indivíduos que estivessem de alguma forma ligados à Frelimo e as suas estruturas, substituindo-os pelos representantes das antigas linhagens. Dizia também aos que viviam nas aldeias comunais que eram livres de viver onde quisessem, e que podiam voltar para as terras dos seus antepassados, seus cajueiros e mangueiras.

---

<sup>173</sup> Vide apêndices: **4. Conclusões.**

**Bibliografia:**

- ABRAHAMSSON, Hans & Nilsson, Anders. 1984. *Moçambique Em Transição: Um Estudo da História Do Desenvolvimento Durante O Período 1974-1992*. Goteborg University/Maputo: CEEI-ISRI.
- ADAM, Yussuf (*et al*). 1989. *Cronologia de Moçambique 1975-1989*. Maputo. CEA
- ADAM, Yussuf. 1983. *Guerra, Fome, Seca e Desenvolvimento: Lições De Changara*. Moçambique. Arquivo. 10: 185-207.
- ALDEN, C. & Mark Simpson, 1983. “*Moçambique: A Delicate Peace*”. In *The Journal of Modern African Studies*, 31 (I).
- ALMEIDA SERRA, António M. 1991. *Política Agrária e Desenvolvimento Económico e Social Na R.P.M. 1975: Contribuição para o Estudo da Economia Política*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, Vol. II.
- ANDRADE, Mário e Maria do Céu Reis. 1985. *Ideologias da Libertação Nacional*. Textos de Apoio. UEM-CEA. Maputo.
- ANONYM. 1993. *The Mozambican National Resistance Movement (RENAMO): Structure & Personalities*. September.
- ARAÚJO, Manuel Garrido. 1983. *As Aldeias Comuns e o Seu Papel Na Distribuição Territorial da População Rural na R.P.M*. Finisterra. 28(36): 365-377.
- ARAÚJO. Manuel Garrido. 1988. *Sistemas de Aldeias Comuns em Moçambique: Transformações Na Organização do Espaço Residencial e Produtivo*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentado na Faculdade de Letras da Universidade De Lisboa.
- BAYNHAM, S. 1993. *Southern Africa: The Causes & Effects Of Regional Instability, Conference Convened by The Southern African Peacekeeping & Peacemaking Project Held in Harare, Zimbabwe, June, 30 July 1*.
- BRAGANÇA, Aquino de. *A Questão Rodésiana*. Maputo. In *Estudos Moçambicanos*. CEA.
- BRAGANÇA, Aquino de, DEPELCHIN, Jacques. 1986. *Da Idealização da FRELIMO à Compreensão da História de Moçambique*. In *Estudos Moçambicanos*.
- BRITO, L. C. 1988. *Une Relecture Nécessaire: La Genèse du Parti-État FRELIMO*. *Politique Africaine*, 29.

- CABRITA, J.M. 2000. *MOZAMBIQUE: The Tortuous Road to Democracy*. Palgrave.
- CASAL, Adolfo Y. 1988. *A Crise da Produção Familiar e as Aldeias Comuns em Moçambique*. Revista Internacional de Estudos Africanos.
- CAHEN, M. 1985. *Etat et Pouvoir Dans Le Mozambique Indépendant*. Politique Africaine. 29.
- CAHEN, M. *La Révolution Implosé*. L'Harmattan. Paris.
- CAHEN, M. 1993. *Check on Socialism in Mozambique: What Check? What Socialism?* Review of African Political Economy. 57.
- CHRISTIE, I. 1988. *Samora Machel: A Portrait*. Harare. ZPH.
- CHRISTOPHER, C. (ed.) 1998. *African Guerrillas*. Oxford. James Currey.
- COLIN D. & D. HEDGES. *Samora Machel in Beira, June 1975: Political Rhetoric in the Transition to Mozambican Independence*. In Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro.
- COELHO, J.P.B, 1993. *Protected Villages & Communal Villages in the Mozambican Province Of Tete (1968-1982): A History of State Resettlement Policies, Development & War*. University Of Bradford: Department of Social & Economic Studies (Tese de Doutoramento)
- COQUERY-VIDROVITCH, C. 1985. *Afrique Noir. Permanences et Ruptures*, Paris. Payot.
- DAVIDSON, Basil. 1974. *Os Camponeses Africanos e a Revolução*. Lisboa. Sá da Costa Editora.
- DAVIES, Robert, 1987. *South African Strategy towards Mozambique since N'komati*. Transformation, 3.
- DARCH, Colin, 1984. *The Peace Marathon*, in Africa South & East. January.
- DOORNBOS, M. 1990. *The African State in Academic Debate: Retrospect & Retrospect*. Journal of Modern Africa Studies
1991. *Discurso Socialista e Camponeses Africanos: Legitimação Política Ideológica da Socialização Rural em Moçambique. FRELIMO, 1975-1984*. Revista Internacional de Estudos Africanos III CT. CEAA.
- EGERÖ. Bertil. 1992. *Moçambique: Os Dez Primeiros Anos de Construção da Democracia*. AHM. Estudos 8.
- EVANS, M. 1992. *Making an African Army: The Case Of Zimbabwe 1980-87*, in Norman Etherington (Ed.) *Peace, Politics & Violence in the New South Africa*, London: Hans Zell Pub.
- FAUVET, Paul. 1984. *Roots of Counter-Revolution: The Mozambican National Resistance*, in *African Political Economy*, 29:108-121.

- FAUVEL, Paul. 1989. *Clarence-Smith on Mozambique* (Letter to the Editor), in *Southern African Review of Books*, 2(6): 26-27.
- FLOWER, Ken. 1987. *Serving Secretly: An Intelligence Chief on Record. Rhodesia into Zimbabwe*. 1964-1981. London. John Murray.
- FRELIMO. 1977. *Documentos Base da Frelimo 1*. Tempográfica. Maputo.
- GEFFRAY, Christian. 1991. *A Causa das Armas: Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Porto: Afrontamento.
- FRELIMO. 1977a. O Partido e as Classes Trabalhadoras Moçambicanas na Edificação da Democracia Popular (*Relatório do Comité Central ao III Congresso*) Maputo.
- FRELIMO. 1977b. Directivas Económicas e Sociais (*Documentos do III Congresso*) Maputo.
- FRY, Peter (org.) 2001. *MOÇAMBIQUE: Ensaios*. Editora UFJR. Rio de Janeiro.
- GEFFRAY, C & Mögens Pederson, 1986. *Sobre a Guerra na Província de Nampula: Elementos de Análise Sobre as Determinações e Consequências Sócioeconómicas Locais*, In *Revista Internacional de Estudos Africanos*. 4/5:303-321.
- GERSONY, R. 1988. *Summary of Mozambican Refugees Accounts of Principally Conflict Related Experience in Mozambique*, Washington DC: Department of State/Bureau of Refugees Programs.
- GREEN, R. H. 1987. *Killing The Dream: The Political & Human Economy of War in Sub-Saharan African*, Institute of Development Studies, November.
- GREEN, R. H. 1992. *The Four Horsemen Ride Together: Scorched Fields of War in Southern Africa*. RSP/QEH/University of Oxford. RSP. Seminar on Forced Migration, 11 November.
- GOVERNO de MOÇAMBIQUE. 1981. *Linhas Fundamentais do PPI para 1981-1990*. Maputo. *Moçambique; Dez Anos de Justiça Popular*. Ministério da Justiça.
- HALL, Margareth, 1990. *The Mozambican National Resistance Movement (RENAMO): A Study in the Destruction of an African Country*. In *Africa*, 0(1).
- HALL, Margareth. 1991. *The Mozambican National Resistance Movement (RENAMO) & The Establishment of Peace in Mozambique, paper delivered at workshop on Security and Co-Operation in post Apartheid Southern Africa*, Maputo, 3-6 September.
- HALL, Margareth, Tom Young. *Confronting Leviathan*.

- HALLON, Joseph. 1984. *Mozambique: The Revolution Under Fire*, London. Zed.
- HALLON, Joseph. 1991. *Mozambique: Who Call the Shots?* London. James Currey.
- HOILE, David. 1994. 1994. *Mozambique 1962-1993. A Political Chronology*. London. The Mozambique Institute.
- ISAACMAN, Allen. (n/d) *The Escalating Conflict in Southern Africa: The Case of Mozambique*. University of Minnesota: Department of History.
- LEGRAND, J-C. 1991. *Logique de Guerre et Dynamique de la Violence en Zambézia, 1976-1991*.
- MACHEL, Samora. 1979. *Façamos de 1980-1990 A Década da Vitória Sobre o Subdesenvolvimento*. Maputo.
- MARTIN, David & Phyllis Johnson (Eds.) 1986. *Destructive Engagement South Africa at War*, Harare. ZPH.
- MARTIN, David & Phyllis Johnson. 1986. *Apartheid Terrorism: The Destabilization Report*. The Commonwealth Secretariat London.
- MARTIN, David. 1984. *N'Komati and Beyond*.
- MARTINS, Hélder. 2001. *Porquê SAKRANI? Memórias dum Médico dum Guerrilha Esquecida*. Editorial Terceiro Milénio. Maputo.
- MAZULA, Brazão (Dir.). 1995. *MOÇAMBIQUE. Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo.
- METZ, Steven, 1986. *The Mozambican National Resistance & South African Foreign Policy*, in *African Affairs*. 85(341): 491-507
- MINTER, William. 1989a. *The Mozambican National Resistance (RENAMO) as Described by ex-Participants. Development Dialogue, 1*.
- MINTER, William, 1987b. Clarence-Smith on Mozambique (Letter to the Editor), in *Southern African Review of Books*, July.
- MINTER, William. 1994. *Apartheid's Contras: An Inquiry into Roots of War in Angola & Mozambique*. London. ZED.
- MORGAN, Glenda. 1990. *Violence in Mozambique: Towards an Understanding of RENAMO*. *The Journal of Modern African Studies*, 28, 4.



- NESBITT, Prexy, 1991. *Greasing The Killing Machine: Us Backing For RENAMO*. In *Covert Action*, 36. Spring.
- NORDSTROM, Carolyn (1992?) *Rituals & Realities Of Terror/Warfare* (mimeo)
- NILSSON, Anders. 1991. *From Pseudo-Terrorist To Brigandage: An Assessment Of The Development Of The MNR In The Perspective Of The Process From War To Peace In Mozambique*, Maputo.
- N'KRUMAH. N.1975. *A Luta de Classes em África*. Sá da Costa editora.
- O'LAGHLIN, Bridget, 1992a: *Interpretation Matter: Evaluating the War in Mozambique*. In *Southern Africa Report*, 7(3) 23:33.
- O'LAUGHLIN, Bridgith: *A Base Social da Guerra em Moçambique*, In *Estudos Moçambicanos*.
- O'MEARA, Dan. 1991. *The Collapse Of Mozambican Socialism*, Transition. 14.
- REIS e MUIANE. 1975. *Datas e Documentos da História da FRELIMO*. Imprensa Nacional. Maputo.
- ROESCH, Otto, 1990. *Is RENAMO a Popular Movement in Mozambique?* (Letter to the editor) In *Southern African Review of Books*, 3(2) 20-22.
- ROESCH, Otto. 1990b. *Mozambique: The Debate Continues*. In *Southern Africa Report*, 5(5): 28-29.
- ROESCH, Otto. 1992. *RENAMO & the Peasant in Southern Mozambique: A View from Gaza Province*, In *Canadian Journal of African Studies*. 26(3): 462-484.
- SAUL, John (Ed.) 1985. *A Difficult Road: The Transition to Socialism in Mozambique*. New York. Monthly Review Press.
- SAUL, John 1987. *Development & Counterdevelopment Strategies in Mozambique*, In Keller, E Rotchild, D. *Afro-Marxist: Ideology & Public Policy*, Boulder (Colorado): Lynne Rienman.
- SIBYL W. C. 1989. *RENAMO: Em Defesa da Democracia Em Moçambique*. Conselho de Estratégia Global dos EUA. Washington D.C.
- SIDAWAY, James D. 1991. *Mozambique: Destabilization, State, Society & Space*, In *Political Geography*, 11(3): 239-258.
- SIDAWAY, Mark D. 1991. *Foreign & Domestic Factors In The Transformation Of FRELIMO*. *Journal of Modern African Studies*. 31.

- SIMPSON, Tom. 1988. *The Politics of Development in Angola & Mozambique*. African Affairs. 87 (347): 165-184).
- SOMERVILLE, K. 1990. *Foreign Military Intervention in Africa*, London.
- STERWART, F. (1992?). *War & Underdevelopment: Can Economic Analysis Help Reduce The Costs?* IDC/QEH/Oxford (Draft for Comment)
- SILVA, Teresa Cruz e. 1992. Igrejas Protestantes no Sul de Moçambique e Nacionalismo: O Caso da “Missão Suíça” (1940-1974). Estudos Moçambicanos. CEA-UEM. Maputo.
- TAJÚ, Gulamo. 1988. *RENAMO: Os Factos Que Conhecemos*. Cadernos de História, Maputo: UEM.
- VINES, Alex. 1991: *RENAMO: Terrorism in Mozambique*. York, London & Indianapolis: University of York, James Currey & Indiana University Press.
- VINES, Alex. 1992a: *Food & Famine- Tools of War in Mozambique*. In Conflict & International Relief in Contemporary African Famines: Report of a Meeting Convened by Save The Children Fund (UK) & Health Policy Unit. London School of Hygiene & Tropical Medicine, 26 March.
- YOUNG, Tom. 1990. *The MNR/Renamo: External & Internal Dynamics*. In African Affairs 89(357): 491-509.
- WILSON, Ken. 1991. War, Displacement, Social Change & Recreation of Community: *An Exploratory Study in Zambézia*. Mozambique, Oxford: University Of Oxford.
- WILSON, Ken. 1992. *The Socio-Economic Impact of War & Fight in Posto Derre, Morrumbala District, Zambézia*. Oxford: University Of Oxford.
- WILSON, Ken. 1992. *Cults of Violence & Counter Violence in Mozambique*. Journal of Southern African Studies, 18(3).
- WHITE, Gordon *et Altri* (eds.) 1983. *Revolutionary Development in the Third World*. Brighton.
- WUYTS, Marc. 1989. *Money & Planning for Socialist Transition*. The Hague: Gower.

### **Jornais e Revistas:**

Notícias 1974 – 175

Imparcial – 17/9/2001

Tempo 1974 – 1986



**PDF**  
Complete

*Your complimentary  
use period has ended.  
Thank you for using  
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to  
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

*Afrique Asie* – (Special. N.º 109. 17 de Agosto a 30 de Maio. 1976.

*Electronic Mail & Guardian.*(2 de Fevereiro de 1998)



## Apêndices

### 1. Introdução:

considero que esta seria a forma ideal para um entendimento da situação, porém a realidade foi diferente, não significa, todavia que estes conceitos não sejam analisados, apesar de insuficientes para a compreensão do processo são de extrema importância.

### Desestabilização:

Do latim: *subvertere*: Acto ou efeito de subverter, desestabilizar, especialmente um Estado ou conjunto de instituições; em inglês: *subvert*<sup>174</sup>

### Guerra Civil:

Etimologicamente o termo designa: *situação conflituosa entre dois ou mais grupos que lutam pelo controle do mesmo espaço geográfico*, neste caso os grupos pertencem ao mesmo espaço; ou *prova pela força das armas entre grupos inimigos de uma mesma nação*<sup>175</sup>. *Conflitos entre Estados Suseranos e Estados Vassalos, entre Estados membros de uma Federação e entre um Estado soberano e grupos insurrectos dos seus nacionais*<sup>176</sup>. Pode ser também “*a war between citizens of the same country*”<sup>177</sup>.

Diz-se que há *Guerra Civil* quando parte da população de um Estado por via armada se opõe ao Governo estabelecido. A *Guerra Civil* é um assunto interno e, como tal, sujeito, em princípio, apenas às Leis Internas do Estado considerado. Assim será, porém, só enquanto as autoridades constituídas controlarem a situação e estiverem em condições de assegurar a reparação dos danos que os insurrectos possam causar a Terceiros Estados. No momento em que se verifique que há um conflito de carácter geral entre os insurrectos e o Governo Legítimo (Governo preexistente); que há um controle efectivo, por parte daqueles, de uma parcela substancial ou importante do território nacional; e que eles conduzem as hostilidades de acordo com as Leis da Guerra, por meio de grupos

<sup>174</sup> Microsoft Encarta 98 Encyclopedia. Disc one.

<sup>175</sup> BIROU, A. 1977. *Dicionário de Ciências Sociais*. Publicações Dom Quixote. Porto. 3.ª Edição. P: 183.

<sup>176</sup> VERBO. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Vol. IX. c: 1215-1216.

<sup>177</sup> Microsoft Encarta 98 Encyclopedia. Disc one.

organizados, actuando sob a responsabilidade de uma autoridade auto- instituída para o desempenho das tarefas de uma organização estadual (Governo Rebelde/partido político) – nesse momento existe fundamento para o reconhecimento dos insurrectos como “beligerantes” por Terceiros Estados, e de qualquer modo, passam eles a ter o direito de serem tratados como tais, surgindo como “sujeitos de Direito Internacional”. A *Guerra Civil* passará, então, a ser disciplinada pelo Direito das Gentes. Daqui decorrerá, em primeiro lugar, que Terceiros Estados podem submeter-se ao estatuto de neutros e que o “Governo Legítimo” e o dos “Insurrectos” passam a estar submetidos aos Deveres e a ter os Direitos correspondentes à *beligerância*. Entre si, Governo Legítimo e Governo Rebelde<sup>178</sup> devem observar o Direito Internacional da Guerra (Internacional). O Governo Legítimo deixa de ser internacionalmente responsável pela conduta dos revoltosos no território por eles dominados; responsável por essa conduta é o Governo Rebelde. Quando as sobreditas condições para o reconhecimento expresso ou implícito da beligerância se não verificam, Terceiros Estados podem limitar-se a reconhecer a insurreição para o efeito, designadamente, de os insurrectos não terem de ser tratados por eles como *hostes generis humani*, como criminosos, em suma, na medida em que a sua conduta lhe cause danos. Se, entretanto, não se verificarem as mencionadas condições de concessão do Estatuto Internacional de beligerância e os rebeldes actuarem em termos de causar danos a Terceiros Estados a Guerra Civil deixa de ser um assunto puramente interno e só e só pelo Direito Interno regulado, para ter em parte que ver com o Direito Internacional<sup>179</sup>.

Por estas definições e de acordo com as características que a situação político/militar foi ganhando ao longo do conflito pode-se facilmente concluir que houve de facto uma Guerra Civil. Porem este conceito não é largamente aceite por muitos sectores que apresentam naturalmente as suas razões veja-se por exemplo Nhabinde (1997:10-47) que para descrever a situação usa o termo

---

<sup>178</sup> Leia-se *autoridade*. Não é forçoso que seja uma instituição com as mesmas características que as de um corpo governativo como tal. Apesar de ser responsável pela autoridade nas zonas controladas pelos rebeldes. Com relação a isso em Moçambique o termo zonas libertadas foi amplamente divulgado. *Zonas libertadas da Frelimo*, na luta armada de libertação nacional; *zonas libertadas da Renamo* durante a guerra civil.

<sup>179</sup> VERBO. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Vol. IX. c: 1220-1221.

*Desestabilização* (termo comumente usado no discurso oficial). O recurso ao termo desestabilização é estratégico, isto é uma parte da guerra que se tem com certo inimigo porque:

1. Cria a impressão (falsa) de que estamos certos de uma ou de outra maneira; isto é, tem uma forte conotação moral, pois subentende a existência de um agente desestabilizador, inconsequente e na maior parte dos casos criminoso, ou mesmo irresponsável.
2. Desacredita e desvia o mote do conflito para assunto de pura retórica classificativa. Onde o “inimigo” não é mais do que um “bando de pés - descalços”<sup>180</sup> ou algo parecido e o Governo (legítimo ou não) é o “bom da fita”, o paladino da Verdade e da Razão.

Em termos práticos, técnicos até, diga-se de passagem que os apologistas do termo têm uma certa dose de razão, na medida que os métodos de uma guerra de guerrilha baseiam-se na sabotagem e atitudes afins. Mas, se para análise da questão nos retermos apenas nas definições somos forçados a creditar que a luta de libertação nacional não passou de um acto subversivo, em que um grupo de nacionalistas (ou não) tratou por todas as formas e meios que tinha à mão de subverter a ordem instituída (reconhecida internacionalmente até) por um país europeu sobre um território africano. Todavia, para a FRELIMO e povo moçambicano, era uma luta legítima que tinha como objectivo trazer a liberdade e o Direito à Autodeterminação.

Esta comparação nos remete a algo menos técnico e inflexível que as definições: que é o motivo do conflito, tanto do primeiro como do segundo.

1. Luta Armada de Libertação Nacional: conquista da independência e libertação do jugo colonial;
2. Guerra - Civil: conquista de mais liberdade: Direito à opinião, expressão política e credo, fora das hostes do partido único.

---

<sup>180</sup> *Xiconhocas, Javalis, Quizumbas, Bandidos Armados, Desestabilizadores, Agentes do Apartheid* entre outros adjectivos que tinham como objectivo desacreditar o inimigo. É claro que este tipo de ómimosõ era recíproco, por exemplo: *Magalila Mand'dhêvo* era o termo usado pela Renamo para designar Samora Machel. No caso da Renamo, na maior parte dos casos o recurso a adjectivos insultuosos era um facto, atingindo níveis claros de falta de educação, com referências à pessoa, não ao sistema.

Por esta razão considero ser importante tentar analisar os conflitos pelas suas motivações e não pelas características, porque estas variam consoante o lugar de onde as observamos. A luta dos africanos para a sua autodeterminação era para os europeus nada mais nada menos que subversão, para os africanos era a luta pela sua liberdade e Direito à Independência, o mesmo conflito visto através de dois pontos de vista completamente opostos e diferentes. Não é de admirar que o governo legítimo da FRELIMO<sup>181</sup> tenha desde o início tratado a questão como um mero assunto de desestabilização<sup>182</sup>, e tratado a contra parte como *bandidos armados*, sem motivações políticas e muito menos um plano alternativo de governação.

Joseph Hanlon (1991) usa o termo desestabilização para caracterizar a acção do MNR, e fá-lo na mesma perspectiva que o discurso oficial, Minter(1994) faz porém uma análise do fenómeno e apresenta todos os elementos que caracterizam uma guerra civil, mais cuidada e devidamente documentada. Geffray (1990) avança mais e apresenta os elementos que conduzem necessariamente à conclusão de que o conflito é uma guerra civil no sentido etimológico do termo. Indica as suas causas, elementos em conflito e as bases de cada.

---

<sup>181</sup> Reconhecido internacionalmente, sem excepção. O MPLA por exemplo só foi reconhecido pelos Estados Unidos da América do Norte na década 90, até lá era ilegítimo e legítimo combatê-lo.

<sup>182</sup> Contra-revolução ou outro termo idêntico.

### 2. 3.1. O Estado e a Igreja:

Parece haver aqui uma situação pouco clara: Se as igrejas no geral, Católica, e Protestantes (com mais empenho), apoiaram a Frelimo como movimento durante a guerra de libertação. Há inúmeros exemplos ilustrativos. Por exemplo: os Padres Brancos chegaram a organizar a primeira viagem de Samora Machel à Reggio Emilia, Itália, durante a luta de libertação<sup>183</sup>. A Igreja Protestante distribuiu bolsas de estudo aos militantes do movimento. Como explicar a atitude tomada depois da independência?

Ora, conhecidos os privilégios e actuações da Igreja Católica em Moçambique no período colonial, quer a favor do regime, quer a favor dos nacionalistas e da liberdade, esta não foi vista com bons olhos pelo novo regime, que para além de se assumir laico, manifestou em alguns momentos algumas tendências revanchistas contra a Igreja Católica, em especial, e algum afastamento das igrejas no geral. As Igrejas Protestantes também sofreram alguma pressão do novo regime. Já a religião Muçulmana pela sua característica, não parece ter sido atingida, provavelmente porque nesta altura não se imiscuía em assuntos do Estado.

Em 1975, muitos missionários abandonaram o país devido às novas condições políticas que tornava impossível o seu trabalho. o êxodo de pessoal missionário continuou nos anos seguintes. As igrejas eram, no seu conjunto,

*“ (...) Instrumentos do imperialismo, contra os quais era necessário iniciar o combate popular organizado. (...) o inimigo actua através de missionários moçambicanos e estrangeiros evangelistas e de outras confissões religiosas. (...) a população deve ser avisada para tomar atenção às manobras, e espalhar a palavra dos missionários é trabalhar contra Moçambique e servir os interesses do imperialismo que usa qualquer método para atingir seus objectivos”<sup>184</sup>*

<sup>183</sup> Entrevista com Padre José Luzia, Nampula, Abril de 2002.

<sup>184</sup> *Combate Popular Organizado contra os Estandartes do Imperialismo*- Circular emitida pelo Comissariado Político Nacional, e assinado pelo Comissário político Nacional, Armando Emilio Guebuza. *Notícias*. 17 de Outubro de 1975. pp.: 2-5.



As acções mais directas e abertas foram as efectuadas contra missionários e alguns simpatizantes da Igreja do Nazareno e a Assembleia de Deus, presos em julho e Agosto de 1975<sup>185</sup>. no mesmo período membros da Igreja dos 12 Apóstolos foram presos acusados de serem apanhados a espalhar a Fé. Em muitos casos muitas acções foram exercidas contra membros de diferentes Igrejas e seitas. Acusações de abuso sexual de menores e de mulheres casadas, corrupção material passaram a ser frequentes.

Outra seita que sofreu medidas mais severas foi a congregação das Testemunhas de Jeová, que a circular descrevia como uma seita fundada nos Estados Unidos da América do Norte, de onde provinha a maior parte dos fundos. Esta seita terá sofrido perseguições e deportações, a primeira medida desta natureza em Moçambique independente, antes da Operação Produção. O assunto da seita teve intervenção directa de Samora Machel que anunciou num comício em Gaza, que seria dado um destino final às Testemunhas de Jeová, e que elas deveriam ser imediatamente presas<sup>186</sup>. Esta medida extrema decorre muito provavelmente da atitude dos membros desta seita, que recusam a reconhecer outros líderes que não o Senhor (Deus). Este comportamento constituía um desafio à nova autoridade, nas reuniões não levantavam os braços (dar *Vivas!*), não aplaudiam. A sua aparente recusa em juntar-se à comunidade em aldeias comunais não parece ser o motivo principal da sua deportação, visto que as aldeias começou a ser implantado relativamente mais tarde.

### 3. Clivagens:

#### 3.3. Militar:

Muitos foram os casos de militares que fugiram das fileiras das FPLM, depois dos acontecimentos de Dezembro. Uns iam à Rodésia para refazerem as suas vidas e acabavam incluídos no seio da Renamo, outros iam com esse objectivo. Os casos de dissidência no seio de movimentos revolucionários não é novo, acontece durante a luta e depois da tomada do poder e são resolvidos de diversas formas, por exemplo o mítico comandante Camilo “*Cienfuegos*” “desaparecido” num

---

<sup>185</sup> *Notícias*. Agosto de 1975

<sup>186</sup> Discurso de Samora Machel. *Notícias*, 9 de Outubro de 1975. p.: 1.

acidente de avioneta em Cuba após a tomada do poder pelos “Barbudos”, outro mítico comandante Édén Pastora “*Comandante Zero*” que comandou as forças que tomaram Manágua, na revolução sandinista, abandonou o movimento e juntou-se aos Contra, por contradições com Daniel Ortega. Estas clivagens acontecem muito provavelmente porque as contradições ideológicas ou pessoais que no decorrer da luta estão latentes se reacendem quando esta termina, e não são resolvidas a contento.

No início dos ataques dos “*Matsangaíssas*” (Nome pelo qual eram conhecidos os primeiros contingentes da Renamo, que deriva do nome do seu primeiro líder André Dyuwayo Mathadi Matsangaíça, ex-guerrilheiro da Frelimo, tal como Dlhakama), Cuba ofereceu-se para treinar uma unidade de elite que resolveria a situação tal como ela se apresentava, através de unidades anti-guerrilha. O regime recusou dizendo tratar-se de alguns bandidos drogados e que tinham os seus dias contados<sup>187</sup>).

### 3.2. Sociais:

Cancelas:

De facto a introdução das cancelas/cercas próximo e ou à volta das casas dos governadores, administradores, sedes do partido, e de outras instituições associadas ao poder, esquadras policiais, quartéis, como forma de vedar (?) o acesso/circulação de pessoas naquelas áreas. Em Maputo e na Beira algumas áreas residenciais eram reservadas a elementos da *nomenklatura* política.

A medida é incompreensível. Porquê vedar o acesso ao povo das instituições que por consequência da revolução foram postas ao seu serviço? Não teria sido a revolução feita em nome deste mesmo povo a que é vedado o acesso a certas zonas dos locais onde vivem/trabalham? Como se explica que no contexto da igualdade conquistada com a revolução haja diferenças no seio da sociedade? Diferenças entre os que governam e os governados? Não é a FRELIMO o povo e este a FRELIMO? Estas questões podiam não ser colocadas a viva voz pelas pessoas. Alguns casos eram

---

<sup>187</sup> relatado por um militar, ex-estudante moçambicano em Cuba, que não se identificou e recusou a apresentar elementos que corroborassem a afirmação.

uma reedição de elementos característicos do período colonial, outros eram novos, como por exemplo prédios inteiros onde viviam os “especialistas” soviéticos, alemães democráticos e cubanos, cujos passeios eram vedados à circulação das pessoas.

Outra das medidas foi a introdução de um sistema de abastecimento autónomo para as Estruturas e cooperantes. Primeiro foram as lojas dos cooperantes e depois as das estruturas. Estes elementos discriminatórios foram sendo transferidos na cadeia de comando até á base. A nível do bairro, nas *bichas* (para o pão, óleo, refrigerantes, roupa, etc.) para as *estruturas* (os diversos escalões de elementos da máquina político/partidária: GD’s, Milicianos, OMM, OJM) e para a *população* (os que não detinham nenhum cargo político/partidário). De facto a palavra *população* passou a designar cidadão comum, gente simples.

### **Zonas Libertadas:**

José Luís Cabaço<sup>188</sup> justifica esta atitude de uniformização, a partir da experiência obtida em Nachingwea, Tanzânia, que marcara profundamente a geração libertadora, cujo espírito imprimira um impulso decisivo na libertação do país e criara a sensação de que se havia criado uma alternativa real às injustiças da sociedade moçambicana sob o jugo colonial.

“O campo de Nachingwea, foi mais do um centro militar. Nele, com efeito, se ensaiou uma experiência alternativa de vida e de sociedade. O objectivo era, pondo em prática a teoria para a educação dos guerrilheiros, construir uma comunidade justa, extremamente coesa e disciplinada, com uma economia edificada sobre o princípio da auto-suficiência (ou quase) e “baseada nas próprias forças” e onde a participação partidária no trabalho e nas dificuldades forjava a unidade dos combatentes como prenúncio da futura unidade nacional. Nachingwea era a “universidade” ideológica da Frelimo, onde se estabeleciam “relações de tipo novo”, onde se “forjava a unidade nacional”, e a “nova identidade moçambicana”, onde se estabelecia a fronteira “entre nós e os nossos inimigos”, onde estava em gestação o “homem novo”. As impressionantes realizações de

<sup>188</sup> José Luís Cabaço 1995. “A Longa Estrada da Democracia Moçambicana”. MAZULA. B (Edit.), 1995. *MOÇAMBIQUE: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Brazão Mazula. Maputo. pp.: 85.

caracter económico e infra-estrutural eram a demonstração da exequibilidade dos princípios ideológicos defendidos e propostos e constituíam o exemplo vivo da “nova sociedade” que se devia implantar nas zonas libertadas e no futuro Moçambique libertado”<sup>189</sup>.

As perspectivas são animadoras, os exemplos encorajadores. Mas será possível aplicar o modelo de um campo de guerrilheiros ao conjunto de um país? A população de Nachingwea, pela sua característica e número não se aproximava a nenhuma das situações que se viviam em Moçambique. Eram guerrilheiros, com um objectivo de libertar o país. Não terá havido aqui um erro de perspectiva? Acredito que os líderes da Frelimo tinham uma ideia muito romântica de libertação, que provavelmente lhes tenha impedido de fazer certas análises com alguma profundidade. O que fazer dos que não aceitassem a ideia? Aplicar as mesmas medidas que aplicaram aos que não aceitaram em Nachingwea? Ou deixá-los viver à sua maneira? A imposição (decorrente da sua veia militar) não resultaria numa acção contrária por parte dos que viriam a ser obrigados a fazer o que não quisessem?

### 3.3. Político:

A este nível dois momentos fundamentais caracterizaram a clivagem que são:

#### **Primeiro:**

##### *Instituição do Partido Único:*

A Frelimo, movimento que realizou com sucesso um processo de emancipação do país via luta armada. Tomou a primazia da gestão dos destinos do país, passando a ser a única formação política permitida no país. Quando no III Congresso, em 1977 se constitui em partido, reforça o seu papel *vanguardista*, assumindo-se Marxista-Leninista. Estas medidas são antecedidas de um conjunto de medidas de natureza mais ou menos legal, como por exemplo a elaboração de uma Constituição

---

<sup>189</sup> José Luís Cabaço 1995. “A Longa Estrada da Democracia Moçambicana”. MAZULA. B (Edit.), 1995. *MOÇAMBIQUE: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Brazão Mazula. Maputo. pp.: 85. nota n.º 5.

onde o presidente do Partido e simultaneamente do Estado<sup>190</sup>. Esta medida, institucionalizou a proeminente posição do poder executivo. O instrumento de legalização passava a ser o Decreto-Lei presidencial, enquanto a Assembleia, sede do poder legislativo exercia funções meramente rituais.

Mais ainda, a militarização, neste caso a não desmilitarização do movimento, manteve a cadeia de comando normal de uma instituição marcial:

*“(...) em que os elementos transformam-se em instrumentos das políticas de vértice elaboradas pelo presidente e pelos seus colaboradores mais próximos<sup>191</sup>.*

O partido/Estado que personificava os mais altos interesses de toda a população, subentende-se toda a sociedade sem excepção. Todavia, como refere Gentili (ob. cit.:328) apesar de grande influência ideológica, a medida não tem nenhum papel político, na medida que concretamente a dinâmica política construía-se e desenvolvia-se principalmente através de redes de relações extra institucionais. As verdadeiras instituições do poder e autoridade, para lá das formas jurídicas, passaram a ser o presidente e seus principais conselheiros, o partido único, o aparelho burocrático e - a nível regional e local – as diferentes redes de alianças entre o poder e os interesses tradicionais e modernos, entre sectores económicos e sociais.

## **Segundo:**

### *Instituição do Estado Popular Autoritário.*

Esta medida pode ser considerada consequência directa da anterior. Em Moçambique com a independência, procurou-se, dentro do espírito revolucionário do Partido/Estado construir um Estado que inviabilizasse as doutrinas do estado colonial português, e, assim, partir em busca de bases para a construção da Nação Moçambicana. Neste contexto, o Partido/Estado assume-se como o principal dinamizador de toda a vida económica, social, política e cultural no país. a sua

<sup>190</sup> V Sessão Comité Central da FRELIMO, 15 de Junho de 1975. Tofo, Inhambane.

<sup>191</sup> GENTILI, Anna Maria. (?) *O Leão e o Caçador*. Maputo. AHM. pp.328-338.

acção caracterizou-se pelo combate ao individualismo, mercado livre, liberalismo e outros elementos que pudessem ser considerados desvios de uma sociedade amplamente planificada <sup>192</sup>

*“(...) (o Estado) deve ser um instrumento para a destruição de todos os vestígios do colonialismo e do imperialismo, para a eliminação do sistema de exploração do Homem pelo Homem e para a edificação da base política, material, ideológica, cultural e social da nova sociedade”<sup>193</sup>*

Na óptica do novo poder, o aparecimento de um Estado intervencionista, antiliberal, totalitário, disciplinador, que protegia e garantia aos indivíduos o direito ao trabalho, saúde entre outros, era perfeitamente justificável pelo fim que o mesmo Estado concorria: nivelar a sociedade moçambicana. Todavia, neste processo o mesmo Estado assumiu características que em muitos aspectos eram contrárias ao que se propunha em linhas gerais. O Partido/Estado chamou a si o papel e a tarefa de dinamizar, implementar e controlar a aplicação das suas políticas. Paralelamente a isso o Partido/Estado foi montando um sistema repressivo que respondesse eficientemente aos esforços internos e externos para impedi-lo de atingir os objectivos a que se propôs.

O historial da repressão o contexto do novo Estado moçambicano é de tal maneira vasto e complexo que requer naturalmente um estudo específico. O sociólogo José Luís Cabaço<sup>194</sup> faz referência às “Medidas repressivas “contra os corruptos” foram levadas a cabo logo em Outubro de 1975, através de rusgas concebidas para os marginais, mas que acabaram por envolver muitos inocentes. É na sequência destas acções que se desenvolvem os chamados campos de reeducação, campos de trabalho no meio da selva, onde os “reeducandos” seriam submetidos a uma nova Nachingwea. A ausência de quadros para dirigir o processo agravou as irregularidades e originou gravíssimas violações dos direitos humanos nestes campos.<sup>195</sup>

<sup>192</sup> COLAÇO. João Carlos. 2001. *Trabalho como Política em Moçambique: do Período Colonial ao Regime Socialista*. In PETER Fry (org.). *MOÇAMBIQUE: Ensaios*. Editora UFRJ. Rio de Janeiro. pp.: 95-108.

<sup>193</sup> Machel, *apud* Reis e Muiuane. 1975. p: 38.

<sup>194</sup> José Luís Cabaço 1995. *A Longa Estrada da Democracia Moçambicana*. MAZULA. B (Edit.),1995. *MOÇAMBIQUE: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Brazão Mazula. Maputo. pp.: 85-87.

<sup>195</sup> Nota de rodapé n.º 8

#### 4. Conclusões:

A Frelimo (ou o Partido/Estado) pelos seus projectos visava a criação em Moçambique de uma sociedade nova, igualitária, através da introdução de novas relações sociais. Estes projectos implicavam profundas mudanças, numa sociedade profundamente marcada por séculos de colonização, que assentou nas diferenças culturais, sociais entre a sua população. O espírito “desenvolvedor” da Frelimo, assumindo o seu papel *vanguardista*, pretendeu introduzir tais mudanças de forma forçada, brusca, pretendendo passar por cima de séculos de convivência cultural, económica e social. Uma política de rolo compresso que terá provocado reacções adversas ao seu objectivo inicial. Neste aspecto, algumas medidas tomadas pela Frelimo, a dada altura afastaram-na das suas bases. de acordo com Basil Davidson (1975:29)

*“(...) o crescimento da participação das massas nunca deve vir a retirar à nova vanguarda o seu papel dirigente: caso contrário os dirigentes caminham numa direcção enquanto os camponeses se afastam em direcção diferente.”*

e neste aspecto a Renamo ganhou pontos a seu favor, quando passou a ser o garante do retorno das comunidades camponesas ao seu *modus vivendi*. Davidson (1975.29) diz ainda que:

*“(...) os camponeses não são gente optimista, e nunca se deixarão persuadir por quem não os compreenda e não partilhe as suas vidas: pelo menos de início, por quem não tenha saído das suas próprias fileiras.”*

Convém referir que de uma forma geral que num contexto revolucionário, como o desencadeado pela Frelimo é preciso evitar que a grande massa do povo se sinta detestável e flagrantemente injusta consigo mesmo. Belas palavras acerca da liberdade e independência nada conseguem se as pequenas palavras acerca da opressão local não forem convincentes. Mais ainda a exploração política falhará, a menos que consiga passar da fase de mobilização das massas para a de participação. Querer mudanças é uma coisa, lutar por elas é diferente, e o apoio simpatizante não basta.

A passagem do apoio à participação não terá lugar se não forem encontrados os argumentos justos; e estes não se encontram a partir de uma compreensão genérica da situação ou de uma análise histórica, mas a partir de um conhecimento muito profundo dos hábitos, linguagens, esperanças e receios locais, a Frelimo não tinha. Levar a revolta das cidades aos campos ou vice versa, à Debray ou Fanon está fora de causa. (Davidson, 1974:29). No congresso de antigos combatentes um militante da Frelimo, com relação á radicalização do regime fez o seguinte desabafo:

*“Ganhámos a razão pela força das armas. Ganhámos a razão e pensámos que estávamos certos nos bancos, nas escolas, na economia”.*<sup>196</sup>

O’Laughlin (1992:110) considera que nenhum projecto socialista poderá ter credibilidade em Moçambique sem uma crítica rigorosa do passado. Descreve a existência de duas posições: uma comum semi oficial que explica a miséria actual a causas externas: agressão, desastres naturais e à evolução negativa dos termos de troca internacionais. Outra (a maioria), que pensa que houveram erros internos que contribuíram para a crise, que para muitos foi a opção socialista.

Não se trata simplesmente de “branquear” as acções da Renamo. Muito pelo contrário. Tento apenas apresentar outra perspectiva relativamente à abordagem do problema. Aliás, uma perspectiva que não é nova, mas que é, nos últimos anos a que apresenta novas interpretações e factos relativamente ao problema. A natureza delicada do tema, peculiaridade e sensibilidade, provocam uma bifurcação “ideológica” na sua análise<sup>197</sup>. Assim temos: duas tendências: a visão de “fora” bem concebida, acabada, académica. Esta tendência resulta dos elementos cedidos pelo Estado que “orientava” o estudo da questão. A visão “interna” suspeita, mal concebida com forte cunho político. Resultante de estudos/documentos elaborados por indivíduos que de uma maneira ou de outra foram sendo eliminados/afastados dos círculos do poder, sendo por isso suspeitos.

---

<sup>196</sup> José Ferreira dos Santos.

<sup>197</sup> Quero dizer que é praticamente impossível fazer uma análise da questão sem correr o risco de ser colocado uma etiqueta.





*Your complimentary  
use period has ended.  
Thank you for using  
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to  
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Considero particularmente interessante ter este elemento em conta: a Renamo aproveitou-se dos erros da Frelimo. De facto se formos pelas hipóteses diríamos que se a Frelimo não tem cometido erros provavelmente a Renamo não existiria. Ou ainda, numa perspectiva de desestabilização, a dada altura, a própria Renamo (Cline, 1989:29) reconhece que a guerra iria parar se fossem introduzidas alterações no regime. Assim conclui-se que o objectivo da contradição era a introdução de mudanças.

### **Moçambique<sup>198</sup>:**

População: 10,610,000.

Serviço Militar: 2 anos (inclui mulheres)

Total Forças Armadas: 26.700

Produto Nacional Bruto (estimado) 1978: \$1.7 (bilhão).

Gastos com Defesa 1981: 5.6 bilhões de meticais (\$198 milhões)

\$1 = 28,30 meticais (1981), 33,51 escudos (1978)

**Exército:** 25.000. 7 brigadas (cada com 3 corpos de infantaria, 1 brigada motorizada, 1 batalhão de artilharia, e unidades de apoio), Forças Paramilitares. 2000, 2 Brigadas de Guarda – Fronteiras.

### **Armamento:**

300 tanques médios T-34, 50 tanques ligeiros PT – 76, 50 carros armados BRDM – 1/ - 2, 200 BTR – 40, 152 camiões de transporte de pessoal, 300 canhões (76mm, 85mm, 100mm, 122mm, 130mm) 30 M-101, 105mm, 152mm, BM – 21 122mm, MRL – *Multi Rocket Launcher* (lança foguetes múltiplo, também conhecido por *Katyuskas*, ou *Órgãos de Estaline*); 325 60mm, 82mm, 120mm, RCL (lançador irrecuperável) 75mm, 82mm; Sagger ATGW - *antitank guided weapon* (anti - tanque teleguiado) 350 de 20mm, ZU – 33 23mm, 37mm, 57mm AA canhões, 30 SA – 3/7 SAM (mísseis terra – ar).

### **Marinha:**

8 unidades de patrulha costeira: 3 ex - soviéticas *Zhuk*, 5 ex - portuguesas (1 *Antares*, 2 *Júpiter*, 2 *Belatrix*), 3 unidades de desembarque

Bases: Maputo, Beira Nampula

### **Força Aérea:**

1000 homens, 35 aviões de combate

---

<sup>198</sup> Richard E. Bisse *et al* (eds.) *África Num Mundo Multipolar*. 1983. IEEI ó Estudos Africanos. IEEI. Lisboa.



Your complimentary  
use period has ended.  
Thank you for using  
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to  
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

2 esquadros com 35 *Mig 17* e 21.

1 esquadrão de transporte com 2 *An – 26*, 6 *Nordatlas*, 4 *Cessnas 182*.

1 esquadrão de helicópteros com 4 *Alouette II e III*, 10 *Mi – 8*.

Aviões de treino: 5 *Cessnas 152*, 7 *Zlin*.

Bases: Maputo, Beira e Nacala.

## Extractos retirados do Jornal Notícias

*“O presidente Samora Machel, o vice-presidente Marcelino dos Santos e outras entidades da FRELIMO, reuniram-se em Dar-Es-Salaam com a Sr.<sup>a</sup> Judith Hart, ministra britânica para o desenvolvimento do além-mar, com o alto comissário britânico na Tanzânia e com outros oficiais do governo britânico. Discutiram o desenvolvimento da situação na África Austral e as medidas a serem tomadas para que se assegure a paz e a segurança, nomeadamente no Zimbabwe (Rodésia).*

*Concordaram que isso só seria alcançado quando os direitos fundamentais do povo, no que diz respeito à liberdade e à independência, fossem garantidos. Também foi estabelecida a base de uma cooperação económica entre Moçambique e a Grã-Bretanha. A reunião foi marcada por um elevado espírito de boa vontade e mútua compreensão.*

*(...) as conversações centraram-se em torno do auxílio a prestar pela Grã-Bretanha a Moçambique depois desta antiga colónia portuguesa se tornar independente a 25 de Junho próximo. Círculos bem informados revelaram que não foram concluídos pormenores do auxílio financeiro a prestar a Moçambique pela Grã-Bretanha, o que dependerá das intenções da FRELIMO quanto às sanções impostas à Rodésia pelas Nações Unidas. Se a FRELIMO acatar essas sanções, sofrendo assim elevadas perdas em taxas de trânsito, os britânicos estão dispostos a fazer compensações que para o primeiro ano de independência seriam 32 milhões de U\$D”.<sup>199</sup>*

*“Suécia disposta a ajudar Moçambique no boicote à Rodésia racista”. Segundo James Calaghan, ministro dos negócios estrangeiros britânico<sup>200</sup>.”*

---

<sup>199</sup> Notícias, 12 de Maio de 1975.

<sup>200</sup> Notícias, 19 de Maio de 1975. p: 5.